

Sumário

Número de notícias: 23 | Número de veículos: 17

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Composição da cesta básica será definida pelo plenário 3

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Reforma tributária: projeto de regulamentação deve uniformizar regras de comitê gestor e Carf 5

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo desiste de novo leilão para importar arroz 6

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Alta das despesas já é semelhante à de antes do teto de gastos da gestão Temer 8

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL

Haddad anuncia enfim cortes nos gastos, a Bolsa de volta ao Rio e o que importa no mercado 11

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
SERVIDOR PÚBLICO

Revisão em benefícios da Previdência é essencial para controle de gastos (Editorial) 14

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lira resiste em incluir carne na cesta básica 15

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Transição do IBS: riscos para estados, municípios e o DF (Artigo) 17

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Visão do direito: Reforma tributária afasta consumo de carne e incentiva o de açúcar 19

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Com R\$ 400 bilhões para o agro, Lula lança maior Plano Safra da história 21

FOLHA ONLINE - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária das offshores e a instabilidade jurídica nas reduções de capital 23

G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tributaristas da FGV pedem inclusão de armas e munições no imposto seletivo; Fazenda avalia positivamente 25

G1 - NACIONAL - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária: parecer da regulamentação deve ser apresentado nesta quinta com detalhes sobre impostos	27
.....	
O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Deputados apresentam texto de regulamentação da reforma tributária	28
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Estabilidade trouxe alívio para o cidadão	29
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Deputados evitam temas polêmicos em parecer	33
ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA ECONOMIA	
Haddad quer aprovar projeto sobre dívidas antes do recesso	35
O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES ECONOMIA	
O silêncio é de ouro (Editorial)	37
O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES ECONOMIA	
Uma proposta indecorosa (Editorial)	38
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Indexadas, despesas com Saúde, BPC e Previdência batem recorde	39
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Calculadora do 'Estadão' simula hiperinflação	40
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Dólar tem queda de 1,71%, a R\$ 5,56	41
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA ECONOMIA	
Haddad anuncia corte de R\$ 25,9 bi no Orçamento de 2025	44

Composição da cesta básica será definida pelo plenário



Lira: presidente da Câmara disse que é contra zerar o imposto sobre a carne

Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro De Brasília

O grupo de trabalho da Câmara sobre a regulamentação da **reforma tributária** deixará para o plenário a decisão sobre a composição da cesta básica nacional, que terá alíquota zerada do novo IVA, e sobre os produtos que serão taxados com o Imposto Seletivo, segundo fontes ouvidas pelo Valor. A decisão foi tomada em um dia de reuniões do colegiado e o parecer será divulgado nesta quinta-feira (4), às 10h, com os pontos consensuais.

Os parlamentares estão entre duas posições: zerar a alíquota sobre as carnes, o que aumentará a alíquota padrão sobre os outros produtos em 0,57% (para 27,1%); ou mantê-las com redutor de 60% do IVA (alíquota de 10,6%), o que deixaria a alíquota padrão em 26,5%. Mas optaram por compartilhar esse decisão com o conjunto da Câmara. "A decisão foi por não decidir", ironizou um dos integrantes do GT.

A bancada ruralista é a favor de zerar a alíquota das carnes, mesmo que isso signifique um imposto maior sobre os demais produtos, como eletrodomésticos e roupas.

Essa também foi uma defesa feita pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), pelo menos para as carnes consumidas pela população mais pobre. Nessa quarta-feira, o petista reforçou a proposta e sinalizou que o

governo deve avaliar alíquotas diferentes para carne processada e in natura.

"Terá mais efeito aumentar o cashback para as pessoas do CadÚnico" Arthur Lira

"Só temos 70 deputados em 513, e a gente conseguiu aprovar a reforma. Temos que discutir [agora] o que vai entrar na cesta básica. A gente não tem como separar essa coisa, carne de primeira e de segunda. A gente vai ter que provavelmente separar carne in natura e carne processada. Eu vou ficar feliz se comprar carne sem imposto", disse Lula, durante cerimônia no Palácio do Planalto para o lançamento do novo Plano Safra.

Já o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), se alinhou à equipe econômica do governo Lula e disse que é contra zerar o imposto sobre a carne devido às consequências sobre os demais produtos. "Acho que é um preço pesado para todos os brasileiros. A maior importância é aumentar o cashback para as pessoas do CadÚnico com relação a serviços essenciais. Terão um efeito muito maior do que incluir a carne na cesta básica", afirmou.

Os sete deputados do GT se reuniram por quase oito horas com Lira nessa quarta-feira, mas não chegaram a um acordo sobre isso. Eles vão divulgar um parecer na quinta-feira, às 10h, com os pontos de consenso entre todos eles, como correções na tributação para o setor de construção civil e no split payment, mas deixarão as decisões mais polêmicas para o plenário.

Uma alternativa para diminuir o impacto de incluir mais produtos na cesta básica é aumentar a quantidade de itens taxados pelo Imposto Seletivo, criado para desestimular o consumo de produtos e serviços que fazem mal à saúde e ao meio ambiente, como cigarros, bebidas alcoólicas e açucaradas, veículos automotores e mineração.

Os deputados do GT decidiram incluir nessa taxação os carros elétricos, apostas esportivas e jogos de azar. E tendem a sugerir também a tributação maior sobre armas de fogo, mas isso abriu divergências com a bancada da segurança pública e o PL. "Para mim,

pessoalmente, as armas de fogo deveriam ter o imposto reduzido", disse o líder do PL na Câmara,

deputado Altineu Cortês (RJ).

O texto que será protocolado nesta quinta pelo GT terá os pontos de consenso entre os integrantes do grupo, grande parte já negociada com o governo. Segundo os parlamentares, haverá mudanças substanciais, grande parte delas para ajustar termos que não estavam tão claros na redação proposta pelo Executivo e diminuir o poder de regulamentação da **Receita Federal**.

O calendário atual prevê que o debate em torno do parecer ocorrerá até terça-feira, com novas reuniões entre os partidos. O texto iria a voto no plenário na quarta-feira e quinta-feira, mas poderia se estender até o dia 17, quando começa o recesso.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187919>

Reforma tributária: projeto de regulamentação deve uniformizar regras de comitê gestor e Carf

Os deputados do grupo de trabalho da **Reforma Tributária**, que elaboram o segundo parecer de regulamentação da proposta, acrescentaram artigos que unificam regras de fiscalização do Comitê Gestor e do Conselho de Administração de Recursos Fiscais (**Carf**). O texto ainda trará detalhes da formação do órgão que irá recolher e redistribuir o IBS a estados e municípios.

O relatório finalizado pelos parlamentares será apresentado ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), nesta quinta-feira, em reunião na Residência Oficial. A proposta prevê a criação de uma corregedoria e uma auditoria dentro do Comitê Gestor.

A entidade terá seis subdivisões: Conselho Superior, Diretoria-Executiva e suas diretorias técnicas, Secretaria-Geral, Assessoria de Relações Institucionais e Interfederativas, Corregedoria e Auditoria Interna.

O Conselho Superior será a instância máxima de deliberação do Comitê Gestor do IBS, composto por vinte e sete membros, representando cada Estado e o Distrito Federal e de outros vinte e sete membros, representando o conjunto dos Municípios e do Distrito Federal.

Os deputados temiam que a auditoria pudesse ter decisões conflitantes com o **Carf**. Por isso, decidiram uniformizar as regras dos órgãos para que não haja conflito entre as determinações.

O segundo projeto também deve garantir um prazo máximo de apuração de dos créditos tributários de estados exportadores. O comitê deverá fazer a checagem em até 60 dias e o pagamento deverá ser efetivado em até 15 dia

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/07/04/reforma-tributaria-projeto-de-regulamentacao-deve-uniformizar-regras-de-comite-gestor-e-carf.ghtml>

Governo desiste de novo leilão para importar arroz

Após duas tentativas frustradas, o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, afirmou ontem que o Brasil não deve realizar novos leilões para importar arroz. A medida seria tomada com o objetivo de conter uma eventual alta de preços ou desabastecimento do item devido às enchentes no Rio Grande do Sul, que responde por 70% da produção nacional.

O primeiro certame, marcado para o dia 21 de maio, foi suspenso. O segundo, que ocorreu no dia 6 junho, acabou sendo anulado pelo governo após indícios de incapacidade técnica e financeira de algumas empresas vencedoras. "Tivemos problemas, nós cancelamos esses leilões. Mas o fato é que, com a sinalização de disponibilidade do governo de comprar arroz importado e abastecer o mercado brasileiro, além da volta da normalidade em estradas, os preços do arroz já cederam e voltamos aos preços normais", disse Fávaro, em entrevista à GloboNews.

De acordo com o ministro, o governo deve investir no incentivo à produção nacional. Ainda ontem a pasta teria uma reunião com a Federação dos Arrozeiros do Rio Grande do Sul (Federarroz) e representantes da indústria. Segundo ele, devem ser firmados compromissos de estabilidade de preço, logística e frete. "Eles mesmos podem nos dizer um momento, se for necessária, alguma intervenção do governo. Por ora é mais prudente, já que os preços cederam, que a gente tome outras atitudes de estímulo à produção. Não se faz necessário novos leilões de importação", destacou.

Internamente, membros do governo já tinham se posicionado contra o leilão, mesmo antes de sua realização, sob o argumento de que não havia indícios de que as chuvas no Rio Grande do Sul causariam falta de arroz. Pelo contrário, os indicadores apontavam que, com a colheita já realizada naquele momento, a oferta do produto estava garantida, segundo um integrante da Agricultura.

O leilão foi uma iniciativa do governo Lula após a tragédia socioclimática das chuvas no Sul do país. Mas foram encontradas irregularidades no certame. Das quatro empresas vencedoras, que iriam fornecer o produto ao governo, uma era uma loja de laticínios e outra tinha como sócio um empresário que já havia confessado o pagamento de propina para conseguir licitações públicas.

O leilão foi duramente criticado pela oposição ao governo e pelo agronegócio, e depois, anulado pelo governo. O secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Neri Geller, foi demitido, junto com outros membros da pasta e da Conab ligados ao leilão. Geller diz que o leilão foi um erro político - mas não dele. Em sua visão, as denúncias tomaram uma grande proporção justamente para atingi-lo. Após sua demissão, Geller afirmou que não teve responsabilidade sobre o leilão, porque não atuou em sua elaboração. Ao contrário do que afirmou o ministro Carlos Fávaro à época, ele afirma que não pediu demissão do cargo e que, na verdade, seu ex-superior não lhe atendeu quando tentou corrigir a informação sobre a saída da pasta.

"A forma com que foi conduzido (o leilão para a importação de arroz) foi um equívoco, gerou uma reação muito forte da oposição e do setor produtivo, instabilidade no Congresso. Se eu pedisse demissão, estaria assumindo uma parcela de um erro político que não é meu", disse após deixar o cargo.

No total, o governo havia comprado 263,3 mil toneladas de arroz importado, por R\$ 1,3 bilhão. A maior arrematante do leilão foi uma empresa de nome Wisley A de Souza, que adquiriu 147,3 mil toneladas de arroz, tem como único sócio uma pessoa com esse nome e capital social de R\$ 5 milhões. Seu nome fantasia é Queijo Minas, e o endereço registrado na **Receita Federal** fica no centro de Macapá, capital do Amapá. Segundo imagens do Google, no local funciona o estabelecimento com este mesmo nome. Já o email que consta no sistema federal é de uma distribuidora. Sua principal atividade (declarada pela própria empresa em seus registros públicos) é o comércio atacadista de leite e laticínios. Procurada por email, telefone e WhatsApp, a empresa não respondeu.

"Tivemos problemas, nós cancelamos esses leilões. Mas o fato é que, com a sinalização de disponibilidade do governo de comprar arroz importado e abastecer o mercado brasileiro, além da volta da normalidade em estradas, os preços do arroz já cederam e voltamos aos preços normais"

Carlos Fávaro, Ministro da Agricultura

Site: <https://digital.em.com.br>

Alta das despesas já é semelhante à de antes do teto de gastos da gestão Temer

ALVARO GRIBEL

O economista Tiago Sbardelotto, especialista em contas públicas na XP Investimentos, explica que os gastos públicos totais cresceram a uma taxa média de 6% ao ano entre 2000 e 2016, até a implementação do teto de gastos no governo **Temer** - que limitava o crescimento dos gastos pela **inflação**. Depois disso, houve estabilidade nas despesas - e agora, no governo Lula, voltou-se a um ritmo parecido com o anterior.

"Estamos falando de um novo patamar de crescimento do gasto.

Isso a gente vem verificando desde 2023, após a PEC da Transição, e continua neste ano. Apesar de ter o limite de despesa de 2,5% acima da **inflação** (pelo novo arcabouço fiscal), é uma tendência de alta parecida com a que havia antes", afirmou.

Os gastos com a **Previdência Social** chegaram a R\$ 930 bilhões em maio, mesmo descontados os precatórios bilionários (dívidas judiciais da União) que foram herdados do governo anterior.

Em maio de 2023, a mesma despesa somava R\$ 819 bilhões - ou 12% a menos, já com correção inflacionária.

"Se perguntar ao governo, a explicação é de que há uma política para reduzir a fila de pedidos no **INSS**. Mas o que estamos vendo é um crescimento maior. Cerca de 80% da alta neste ano é por conta de aposentadorias e pensões, e não por benefícios temporários, como auxílio- doença. As concessões disparam", afirmou Sbardelotto.

Gabriel de Barros, da ARX Investimentos, entende que a vinculação da Previdência com o salário mínimo já praticamente anulou os ganhos para o setor com a reforma de 2019. Ele enxerga falhas nas concessões dos benefícios, já que o envelhecimento da população, embora esteja acelerando, não justificaria uma alta tão rápida.

"A dinâmica de crescimento está muito acima do que era esperado com a reforma. A vinculação (com o salário mínimo) e a decisão de voltar com a política de ganho real (acima da **inflação**), liquidamente estão

produzindo um gasto a mais." O Benefício de Prestação Continuada, por sua vez, rompeu a casa dos R\$ 100 bilhões pela primeira vez em março deste ano e subiu para R\$ 103 bilhões em maio. A média mensal dos pedidos pelo benefício aumentou 40% nos seis primeiros meses deste ano em comparação a 2023.

Ainda que o presidente Lula já tenha descartado desvincular essas despesas do salário mínimo, ao afirmar que não as considera como gasto, o governo prevê uma revisão dos cadastros para atender ao Tribunal de Contas da União (TCU) e contribuir para a agenda de redução de gastos obrigatórios. Como mostrou o Estadão, o **INSS** deve realizar até 800 mil perícias presenciais do Benefício por Incapacidade Temporária, o antigo auxílio-doença, e do BPC até dezembro deste ano.

Só essa revisão cadastral, porém, não é suficiente e deve gerar pouca economia, segundo especialistas ouvidos pela reportagem.

Na área de saúde, a volta do piso - um gasto mínimo atrelado à arrecadação do governo - já alçou o setor ao maior gasto da série histórica. As despesas obrigatórias atingiram R\$ 142 bilhões nos 12 meses acumulados até maio, enquanto os gastos discricionários (não obrigatórios) alcançaram outros R\$ 54 bilhões.

Somados, chegam a R\$ 196 bilhões.

Alexandre Manoel, economista- chefe da AZ Quest e ex-secretário da Fazenda, entende que o crescimento desses gastos reflete escolhas feitas pelo próprio Executivo. Mesmo com o aumento de despesas de R\$ 170 bilhões promovido pela PEC da Transição, o governo voltou com as regras de indexação, que aceleraram as despesas a partir de um nível já elevado.

"O que o governo fez é, de certa forma, inacreditável, porque recuperou as regras de indexação do (salário) mínimo, os pisos da Educação e da Saúde e depois estabeleceu um teto limite de 2,5% para os gastos, que foi o arcabouço fiscal. Quando houve uma piora do quadro externo, e mais as mudanças das metas fiscais pela equipe econômica para os anos à frente, veio uma crise de credibilidade." Procurados, os

ministérios da Fazenda, do Planejamento, da **Previdência Social** e do Desenvolvimento Social não se manifestaram.

Benefício Gasto com BPC rompeu a casa dos R\$ 100 bilhões pela primeira vez em março deste ano

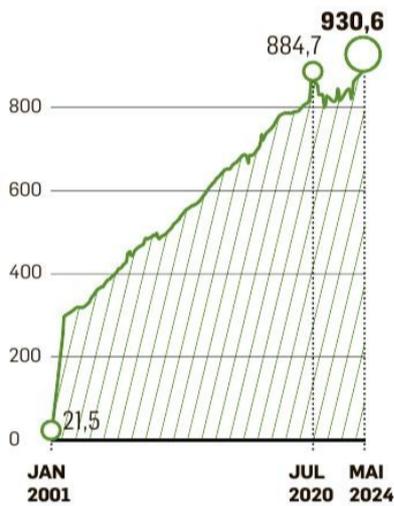
Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

DESPESAS EM ALTA

Gastos obrigatórios do governo dificultam o fechamento das contas

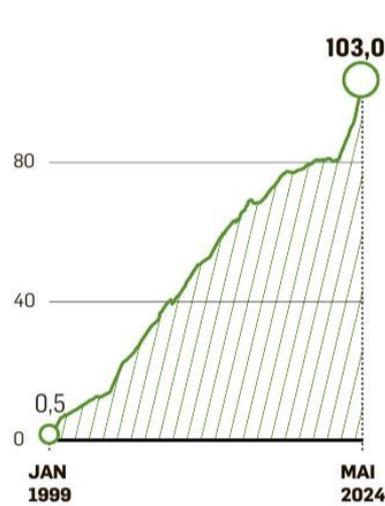
Despesas com Previdência*

ACUMULADO EM 12 MESES COM CORREÇÃO PELO IPCA EM BILHÕES DE REAIS



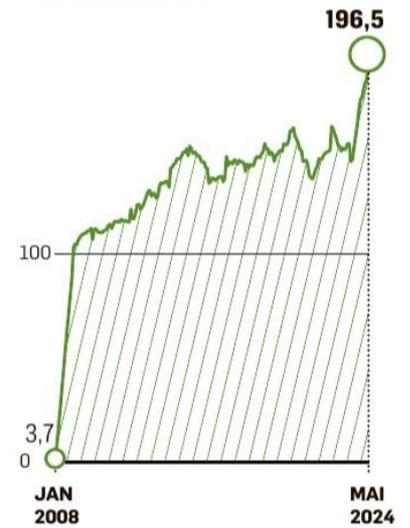
Despesas com BPC

ACUMULADO EM 12 MESES COM CORREÇÃO PELO IPCA EM BILHÕES DE REAIS



Despesas com saúde**

ACUMULADO EM 12 MESES COM CORREÇÃO PELO IPCA EM BILHÕES DE REAIS



*SEM CONTAR PRECATÓRIOS; **DESPESAS OBRIGATÓRIAS E DISCRICIONÁRIAS, SEM CONTAR GASTOS COM PESSOAL

FONTE: TESOIRO NACIONAL / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Haddad anuncia enfim cortes nos gastos, a Bolsa de volta ao Rio e o que importa no mercado

Esta é a edição da newsletter FolhaMercado desta quarta-feira (3). Quer recebê-la de segunda a sexta , às 7h, no seu email? Inscreva-se abaixo:

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

O ministro Fernando Haddad (Fazenda) anunciou na noite desta quarta-feira (3) que o presidente Lula (PT) determinou a preservação do arcabouço fiscal.

? Para isso, será feita uma redução de despesas de R\$ 25,9 bilhões em 2025.

? A economia será possível graças a uma revisão detalhada de pagamentos de benefícios sociais.

Entenda : a meta do próximo ano exige que as contas fechem sem déficit, no zero a zero . Investidores e economistas têm questionado a viabilidade dela devido ao atual ritmo de crescimento das despesas obrigatórias. Entenda .

Sem ajuste, o Orçamento de 2025 não fecharia com déficit zero.

Por que importa : quando as contas fecham no vermelho, o Tesouro Nacional precisa se endividar. Se isso for recorrente, a confiança entre investidores cai, o que eleva os juros cobrados em toda a economia. O dólar e a **inflação** também sobem.

Acalmou. O anúncio ocorreu ao fim de um dia de declarações mais conciliadoras de Lula após apelos de Haddad e aliados .

O presidente disse que gasta quando é necessário, que não joga dinheiro fora e que seu governo é de responsabilidade fiscal.

O aceno do presidente sucedeu semanas de turbulência -o dólar chegou a bater R\$ 5,70.

? Nesta quarta, a moeda americana fechou em queda de 1,72%, a R\$ 5,56.

Mais sobre o corte. A revisão dos benefícios para garantir a redução de R\$ 25,9 bilhões nas despesas obrigatórias vai envolver:

? Convocação do **INSS** de beneficiários de auxílio-doença e de aposentadorias por invalidez para um pente-fino.

? Revisão do BPC (Benefício de Prestação Continuada), pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda.

Segundo Haddad, o governo vai também congelar despesas neste ano para garantir a meta de 2024. As contenções devem ser formalizadas em 22 de julho, no relatório de avaliação do Orçamento.

É suficiente? Economistas defendem outras duas mudanças no Orçamento, mais fortes, que ajudariam as contas:

? Limitar o crescimento da despesa com educação e saúde , que hoje acompanha automaticamente a alta da receita.

? Oferecer aumentos a aposentados apenas pela **inflação** . Hoje, as pensões seguem a regra do salário mínimo, com altas reais.

Lula, porém, nega fazer qualquer uma delas.

O Rio de Janeiro avança no plano de ter a sua Bolsa de Valores de volta. A ideia é concorrer com a paulista B3, sucessora da antiga Bovespa e única entidade do tipo no Brasil.

O prefeito Eduardo Paes (PSD) sancionou nesta quarta (3) uma lei que baixa **impostos** para esse tipo de serviço financeiro, fato considerado fundamental.

Entenda : a nova Bolsa será criada pela empresa ATG (Americas Trading Group), do fundo internacional Mubadala, que precisa ainda do aval do Banco Central e da CVM (Comissão de Valores Mobiliários). Os planos preveem que os testes iniciem em 2025.

O Rio sediu a primeira Bolsa do Brasil de 1820 a 2002, quando foi encerrada e os serviços incorporados pela Bolsa de São Paulo.

? Em vídeo publicado nas redes sociais, Paes comemorou e brincou com a rixa entre as duas cidades, ironizando os "amigos da Faria Lima".

Duas Bolsas? Mercados com grande volume de negociações costumam ter mais de uma Bolsa de Valores com focos diferentes.

Nos EUA, a Nasdaq abriga ações de tecnologia, enquanto a NYSE é generalista. Já na Bolsa de Chicago, a maioria das negociações são de commodities, como soja.

A ATG defende a ampliação do setor para estimular a concorrência no mercado de capitais do Brasil. A dúvida é se haverá volume.

? O mercado de capitais é aquele em que empresas e governos podem captar dinheiro emitindo ações e títulos que pagam juros, como as debêntures.

? Essa forma de financiamento é bem mais barata que os empréstimos de bancos, por exemplo, e fundamental para os negócios crescerem.

Concorrentes. Para a ATG, o objetivo não é roubar mercado ou clientes da B3, mas sim aumentar o volume de negociações no Brasil.

Em 2019, a B3 teve que fazer um acordo com a ATG depois de uma determinação do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica).

? A ATG poderá oferecer a corretoras e bancos a negociação das ações listadas em São Paulo, em troca de uma taxa paga à concorrente.

Outras companhias estrangeiras, como a DirectEdge e Bats, chegaram a cogitar a criação de uma nova Bolsa no país. A insistência da ATG acompanha a série de investimentos que o fundo Mubadala tem preparado para o Brasil nos próximos anos

Dois ex-sócios da corretora XP querem lançar uma terceira Bolsa até 2026. Carlos Ferreira e Julian Chediak levantaram R\$ 200 milhões iniciais para montar a empresa, com foco nos investimentos conhecidos como derivativos.

O governo brasileiro desistiu de refazer o leilão de arroz depois de duas tentativas fracassadas. A alternativa para evitar um eventual desabastecimento será o incentivo ao plantio na próxima safra, que começa neste segundo semestre.

? A decisão veio após evidências de que a oferta está normalizada, mesmo depois das enchentes no Rio Grande do Sul, principal estado produtor do grão.

Ainda assim, o presidente Lula reclama dos preços dos alimentos. Nesta quarta (3), questionado sobre a alta do dólar, ele disse preferir falar de arroz e feijão.

Dói no bolso. Dados prévios da **inflação** de junho mostram que a alimentação no domicílio encareceu 1,13%. Em maio, a variação foi 0,22%. Os destaques: batata-inglesa (24,18%), leite longa vida (8,84%), tomate (6,32%) e arroz (4,20%).

A **inflação** dos alimentos deve ser de 6% este ano. Antes da tragédia gaúcha, a estimativa era de 3,5%.

O incentivo ao plantio... Virá por meio do Plano Safra, que garante empréstimos com juros baixos à agropecuária. As taxas variam de 0,5% a 6%. Isso é possível porque os produtores rurais oferecem garantias aos bancos, como suas terras e a própria colheita futura.

A produção de arroz -assim como a de feijão, mandioca e leite- terá como incentivo uma queda de juros de 4% para 3% ao ano.

O Plano Safra é uma das principais apostas do governo Lula para se aproximar do agronegócio, setor que esteve associado nos últimos anos com o bolsonarismo.

? Os recursos para 2024/2025 são os maiores da história: R\$ 400 bilhões oferecidos por bancos públicos como o Banco do Brasil.

? Em 2023, R\$ 364 bilhões foram concedidos. A produção agropecuária foi a principal responsável pela alta de 2,9% do **PIB** (Produto Interno Bruto).

O governo também tenta manter a oferta de arroz com um acordo com grandes produtores. A ideia é que o setor se comprometa a realocar o produto para evitar escassez.

Relembre. As enchentes no RS destruíram plantações do grão no estado em maio. Como a maior parte da colheita já havia sido feita, a oferta foi garantida.

Produtores gaúchos e a CNA (Confederação Nacional da Agropecuária) alertaram há algumas semanas que não haveria necessidade de leilão.

Leilões fracassados. A primeira tentativa foi cancelada em meio a indícios de preços em alta no mercado internacional, o que o governo chamou de

especulação. Na segunda vez, os vencedores tinham irregularidades .

A União Europeia começou a discutir a criação de um imposto de importação sobre compras feitas em sites chineses como Temu, Shein e AliExpress. As informações são do Financial Times.

? Hoje, produtos de até 150 euros (cerca de R\$ 906) são isentos de taxas de importação.

Entenda : a indústria de brinquedos europeia acusa varejistas chineses de enviarem itens perigosos para a região.

As opções para taxaçaõ serão apresentadas por técnicos da União Europeia para os novos líderes da União Europeia, que tomam posse ainda neste ano.

Tendência? Ao eliminar ou reduzir a isenção, a UE replicaria a taxaçaõ recentemente adotada no Brasil. Por aqui, o novo imposto sobre importações é de 20% até US\$ 50 (cerca de R\$ 270).

No Brasil, os argumentos eram parecidos. Um dossiê acusava Shopee, Shein e AliExpress de colocarem a saúde do consumidor em risco.

Foram encontrados nos sites itens de venda restrita, como formol, e sem eficácia comprovada, como pomada contra o câncer.

No Brasil... A nova regra começará a valer em 1º de agosto . Hoje, os produtos já são taxados nos estados entre 17% e 19%. A nova taxa acrescentará 20% de imposto federal . Para itens acima de US\$50, o imposto previsto é de 60%.

? Apenas Shein e Shopee faturaram juntas mais de R\$ 35 bilhões no país em 2023.

Apesar da taxaçaõ ser elogiada pela maior parte do varejo e indústria nacionais, há quem peça ainda mais restrições. A CNI (Confederação Nacional da Indústria) afirma que os 20% não "igualam" as regras do jogo.

Nem tão rivais assim. Depois da taxaçaõ, o Magazine Luiza se aproximou da concorrente AliExpress e anunciou uma parceria . A empresa era uma das críticas às asiáticas. O CEO Frederico Trajano afirma que o novo imposto foi o que possibilitou o acordo.

? O Magalu venderá os produtos da linha "Choice" da chinesa, considerada premium. A Aliexpress comercializará eletrodomésticos da brasileira.

Não são só as "bugigangas" . Americanos e europeus também acusam de concorrência desleal carros

elétricos e placas solares "Made in China".

? Na Europa, uma taxa de 10% foi criada sobre os elétricos chineses, que continuam a crescer no país . Nos EUA, o imposto quadruplicou, chegando a 100%.

benefício do assinante

Você tem 7 acessos por dia para dar de presente. Qualquer pessoa que não é assinante poderá ler.

benefício do assinante

assine ou faça login

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/07/haddad-anuncia-enfim-cortes-nos-gastos-a-bolsa-de-volta-ao-rio-e-o-que-importa-no-mercado.shtml>

Revisão em benefícios da Previdência é essencial para controle de gastos (Editorial)

Não há justificativa razoável, num momento de queda na pobreza extrema, para a disparada na concessão do benefício de Prestação Continuada (BPC), auxílio a deficientes e idosos de baixa renda. Entre janeiro e maio deste ano, 351,8 mil brasileiros passaram a recebê-lo, 2,4 vezes a média do período entre 2014 e 2022. Só isso já representa um gasto extra de R\$ 577 milhões em 2024. Como mostrou reportagem do GLOBO, o aumento mais significativo se deu na categoria Pessoas com Deficiência (PCDs). As concessões mais que triplicaram em relação à média entre 2014 e 2022.

A escalada tem provocado estranheza dentro do próprio governo. "O BPC cresceu de tal forma que deve haver alguma coisa errada aí", disse a ministra do Planejamento, Simone Tebet, em audiência no Congresso no dia 12 de junho. "Será que algumas pessoas se declaram PCDs e não são, portanto vão para a fila do BPC e recebem indevidamente?" Embora prevista na Lei Orgânica de Assistência Social, a revisão do BPC só foi feita uma vez, no segundo mandato do governo Lula, entre 2008 e 2009. Hoje as informações e decisões são compartimentadas, dificultando a vigilância sobre o pagamento do benefício e facilitando a ação de fraudadores. O Ministério do Desenvolvimento Social, que administra o Cadastro Único (CadÚnico), alega que a revisão não é atribuição da pasta. A Previdência diz ser responsável apenas pela perícia médica de quem já recebe o auxílio. Esse jogo de empurra não ajuda.

Muitos caminhos levam ao descontrole. Facilidades criadas para conceder o BPC por meio de procedimentos on-line, sem os filtros necessários para saber se o beneficiário tem mesmo direito, ampliam demais o número de contemplados. Isso não ocorre apenas com o BPC. De acordo com o economista Marcos Mendes, pesquisador associado do Insper, o auxílio-doença também tem crescido descontroladamente com os atestados médicos por via eletrônica. "Após uma revisão durante o governo Michel **Temer**, o número de beneficiários do auxílio doença caiu de 1,8 milhão para 800 mil. A partir de meados de 2023, voltou a aumentar e já está em 1,6 milhão", diz ele. Para aumentar o controle sobre os benefícios sociais, o governo precisa integrar suas diferentes bases de dados e ser mais vigilante em relação a quem tem direito ao pagamento.

Não há dúvida sobre a função social de benefícios como BPC e auxílio-doença. Mas, se o governo não fizer uma revisão urgente em seus cadastros e aprimorar os filtros, eles continuarão a drenar recursos públicos cada vez mais vultosos, com resultado cada vez mais incerto. A vinculação descabida desses benefícios ao salário mínimo infla o custo orçamentário, quando bastaria a correção pela **inflação** para manter o poder de compra do beneficiário. Auditorias do Tribunal de Contas da União (TCU) no Auxílio Emergencial durante a pandemia detectaram pagamento a **servidores públicos**, a cidadãos com boa situação financeira e até a quem já havia morrido. Falta de zelo com o dinheiro público dá nisso.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Lira resiste em incluir carne na cesta básica



Lira estima votar o texto da reforma na quarta ou na quinta-feira

» **ÂNDREA MALCHER**

Impasse sobre a inclusão de carne na cesta básica isenta de tributação provocou o adiamento, de ontem para hoje, da apresentação do relatório que regulamenta a **reforma tributária**.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), sinalizou ser contra a medida, defendida pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Lira disse que incluir carne poderia encarecer a cesta básica.

"Nunca houve proteína na cesta básica. Nunca houve, mas se couber, a gente vai ter que ver quanto essa inclusão representa na alíquota que todo mundo vai pagar", comentou.

Lula voltou a sugerir, ontem, uma diferenciação de imposto para carne. "Estamos com um problema agora. Estamos fazendo a **reforma tributária**, a primeira feita em 40 anos sob um regime democrático. Mas agora temos que discutir o que vai entrar na cesta básica e o que vamos isentar de imposto na cesta básica", disse. "Temos de entender que, possivelmente, teremos de separar entre o que é carne in natura e o que é carne processada." O relatório da regulamentação foi motivo de uma longa reunião ontem entre Lira e os deputados que compõem o grupo de trabalho da **reforma tributária**.

O GT debate as regras gerais de operação dos **tributos** que vão substituir PIS, Cofins, IPI, ICMS e

ISS após o período de transição entre 2026 e 2033. Após a apresentação do parecer, as bancadas poderão se debruçar sobre o texto e debatê-lo. Conforme apuração do Correio, Lira afirmou a aliados que só colocará o relatório em votação quando houver consenso. O deputado estima que a votação do texto ocorrerá na quarta ou quinta-feira da semana que vem, no plenário da Casa.

Segundo Lira, há um esforço para diminuir a alíquota base de referência, prevista no texto original, de 26,5%. Esse índice vale para mercadorias e serviços que não são beneficiados com alguma forma de tratamento diferenciado.

"Temos limites para manutenção de um nível de alíquota, o menor possível. Veio do governo em torno de 26%. Se pudermos, iremos reduzir ou manter, mas nosso trabalho é para que se reduza ainda mais a alíquota geral para todo mundo", declarou. "Vai depender do trabalho deles, mas todas as conversas são de análise de item por item, de cada pedido e o que importa. Então proteína, só da carne, dá quase 0,57% de alíquota. Acho que é um preço pesado para todos os brasileiros.

Aumentar o cashback para pessoas do CadÚnico, com relação a serviços essenciais, por exemplo, terá um efeito muito maior do que incluir a carne na cesta básica."

-

Taxação de armas

A Câmara estuda incluir armas na taxaço do Imposto Seletivo, o tributo que será cobrado sobre bens e serviços nocivos à saúde e ao meio ambiente.

A informação foi confirmada pelo deputado Hildo Rocha (MDB-MA), integrante do grupo de trabalho que analisa o projeto de lei complementar principal da **reforma tributária**. Segundo ele, esse é um dos pontos de controvérsia.

A incidência do Imposto Seletivo, apelidado de "imposto do pecado", sobre armas estava prevista na proposta de emenda à Constituição (PEC) da reforma, mas saiu do texto por meio de um destaque apresentado pelo PL na votação no plenário, em dezembro. A "bancada da bala" e os aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro são defensores da pauta armamentista no Congresso e resistem a essa

medida.

Todos os membros dos grupos de trabalho deverão assinar o relatório, ou seja, não haverá relator único. A leitura do texto no plenário, na hora da votação, também deverá ser dividida entre os integrantes dos grupos.

A **reforma tributária** foi promulgada pelo Congresso em 20 de dezembro, após mais de 30 anos de debates.

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/impressa/6143/04-07-2024.html?all=1>

Transição do IBS: riscos para estados, municípios e o DF (Artigo)

» **FÁBIO HENRIQUE DE SOUSA MACEDO** *Presidente da Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais (Fenafim)* » **FRANCELINO VALENÇA** *Presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco)*

A aprovação da **Reforma Tributária** sobre o consumo causou euforia no mercado, um otimismo quase desenfreado por parte de alguns gestores públicos e trouxe um sentimento de modernização do sistema que embalou até os mais céticos. Contudo, após o êxtase, a necessária regulamentação tem apresentado algumas adversidades - entre elas, o risco do abalo nas finanças dos entes subnacionais em decorrência do ataque ao princípio constitucional da eficiência.

Para alcançar os objetivos do pacto social firmado no fim do século passado, foi realizada uma reforma administrativa em 1998. A reforma visava introduzir no ordenamento constitucional mudanças para reestruturar o Estado e redefinir seu papel e forma de atuação, buscando um equilíbrio duradouro. Entre as mudanças, destaca-se a introdução do princípio da eficiência na administração pública, beneficiando, como esperado, a sociedade.

A **Reforma Tributária** sobre o consumo irá promover uma considerável redistribuição de receitas entre estados e municípios em virtude do acertado critério de partilha do imposto sobre bens e serviços (IBS), que passa da origem (onde se produz) para o destino (onde se consome).

Para atenuar os impactos nos orçamentos dos entes federados que perderão recursos, foi proposta uma transição da partilha das receitas, sendo retido inicialmente 90% da arrecadação do IBS de todos os entes subnacionais para dividir por um critério que deve observar a arrecadação anterior dos **impostos** atuais.

Ainda durante a tramitação da proposta que viria a se tornar a Emenda Constitucional 132, o Tribunal de Contas da União (TCU) elaborou um relatório sobre esse conteúdo, a pedido do Senado Federal, em relação à participação dos municípios menos populosos na fiscalização do novo IBS. O TCU foi enfático ao afirmar que há um desincentivo para esses entes fiscalizarem e arrecadarem seus próprios **tributos**, pois recebem de repasses de outras esferas

de governo em torno de 90% de todos os seus recursos.

Infelizmente, a proposta apresentada pela Secretaria Especial da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda para a transição federativa das receitas abandonou a ideia debatida no Senado de estimular a eficiência das administrações tributárias, contrariando notadamente o princípio constitucional da eficiência. O texto apresentado coloca quase todos os entes federados dependentes de repasses consideráveis do Comitê Gestor, órgão central arrecadador do IBS, em situação semelhante à dos pequenos municípios, que não fiscalizam nem arrecadam seus próprios **tributos** por ter garantido 90% de sua receita.

A reversão desse temeroso cenário, caso se concretize, deverá levar décadas. E o risco efetivo de queda de receita repassada para todos é considerável.

Prenuncia-se o efeito free-rider, quando parte de um grupo se aproveita do trabalho dos demais e não contribui para o esforço coletivo, como apontado pelo TCU.

Com a materialização da queda de repasses na transição, os entes federados deverão estabelecer e aumentar suas alíquotas do IBS para repor as anunciadas perdas. Em consequência desse movimento, o Senado, forçosamente, acionará o dispositivo constitucional que limita a carga tributária nacional, reduzindo as alíquotas de referência do IBS, o que acarretará uma retenção menor dos entes para a partilha de repasses da transição.

É imprescindível e urgente estabelecer mecanismos que considerem o bom desempenho das administrações tributárias para o perfeito funcionamento do novo sistema a ser efetivado, privilegiando o princípio da eficiência, proporcionando uma melhora das finanças públicas para os entes mais bem estruturados, sem prejudicar aqueles que poderão perder contribuintes em virtude dos rearranjos econômicos em decorrência da **Reforma Tributária**.

» **FÁBIO HENRIQUE DE SOUSA MACEDO** *Presidente da Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais (Fenafim)* » **FRANCELINO VALENÇA** *Presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco)*

Notícias Relacionadas:

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE

Transição do IBS: riscos para estados, municípios e o DF

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/impressa/6143/04-07-2024.html?all=1>

Visão do direito: Reforma tributária afasta consumo de carne e incentiva o de açúcar

Opinião

Por João Eduardo Diamantino e Beatriz Palhas Naranjo* - Instituída pelo artigo 8º da **Reforma Tributária**, a Cesta Básica Nacional de Alimentos foi criada sob a premissa de respeitar a diversidade regional e cultural da alimentação do País e garantir a alimentação saudável e nutricionalmente adequada. Porém, o Projeto de Lei Complementar 68/2024, que regulamenta o IBS e a CBS, indica que o governo parece ter uma interpretação muito particular sobre o que significa alimentação saudável.

Em um país onde obesidade, diabetes e hipertensão lideram a lista de doenças mais comuns, o Executivo incluiu o açúcar como um dos alimentos que serão beneficiados com a alíquota zero do IBS e CBS, substitutos do PIS/Cofins, IPI, ICMS e ISS.

Não se trata de algo novo: o refrigerante, que será sobretaxado, já teve vantagem tributária de 240% em relação ao suco integral na tributação do PIS/Cofins. O problema é que, em contraste ao benefício total dado ao açúcar, a proteína animal terá incidência de IBS e CBS, mesmo que reduzida em 60%.

Tentar entender a lógica da escolha do governo fica mais complexo quando se toma o exemplo dos ovos: embora não integre a cesta básica nacional de alimentos prevista no projeto, a alíquota incidente será zero. Hoje as carnes compõem a cesta básica, o que garante isenção de PIS/Cofins e tratamento diferenciado na cobrança do ICMS.

Com a recente proposta de regulamentação, a proteína animal sai da cesta básica, mas o açúcar fica. Parece confuso e não faz sentido e é tudo isso ao mesmo tempo. Vale lembrar que o tributo vai muito além da sua função fiscal (arrecadação). Assim, há também um problema de técnica - e aqui é preciso falar sobre a parafiscalidade e extrafiscalidade. A parafiscalidade permite que os recursos oriundos da arrecadação tributária sejam alocados em entidades ou atividades de interesse público, mas não administradas pelo governo - como os pedágios ou as taxas de entidades de classe.

Já a extrafiscalidade serve para estimular ou desestimular um comportamento através da tributação, passando a ser um mecanismo para dirigir o meio

social ou econômico - um exemplo são os altos **impostos** que incidem sobre o cigarro. Esse aspecto foi deixado de lado.

Ao zerar a alíquota, a previsão do consumo tende a crescer, afinal, se trata de um incentivo, contradizendo a própria política de rotulagem de alimentos, que alerta consumidores sobre o alto teor de açúcar na composição - e o Brasil é o quarto maior consumidor global desse tipo de produto. Em um cenário que as proteínas animais poderiam não ser tributadas, seria exagero esperar que o governo usasse a função extrafiscal para estimular uma alimentação saudável e democratizar o acesso aos alimentos?

Passada a inobservância da extrafiscalidade, há ainda a questão nutricional. Uma refeição deve ser dividida em três grandes grupos: carboidratos, gorduras e proteínas. Os dois primeiros estão presentes na grande maioria dos 15 alimentos isentos do projeto. Mas a proteína animal é base de uma alimentação saudável e parte da tradição culinária brasileira. Só falta entrar na cesta básica.

Olhando para toda cadeia produtiva, a legislação vigente também oferece tratamentos diferenciados para empresas do agronegócio. Como exemplo, parte dos insumos utilizados na atividade agropecuária também são isentos de tributação. Como consequência, os alimentos (inclusive a carne) acabam, hoje, tendo um valor menor em função da redução dos custos tributários.

Mas o PLP 68/2024 também propõe a tributação desses insumos e, mesmo que a tributação do CBS e do IBS seja reduzida em 60% para as carnes, a incidência tributária sobre a cadeia produtiva se refletirá no preço dos alimentos.

As opções do governo deixam evidente uma preferência pelo consumo de itens não essenciais em detrimento de alimentos nutricionalmente mais indicados para uma dieta saudável. A proteína animal foi uma das estrelas da propaganda eleitoral. Mas quem esperava picanha, deve receber açúcar.

*João e Beatriz são tributaristas e sócios do Diamantino Advogados Associados

Por João Eduardo Diamantino e Beatriz Palhas

Naranja* - Instituída pelo artigo 8º da **Reforma Tributária**, a Cesta Básica Nacional de Alimentos foi criada sob a premissa de respeitar a diversidade regional e cultural da alimentação do País e garantir a alimentação saudável e nutricionalmente adequada. Porém, o Projeto de Lei Complementar 68/2024, que regulamenta o IBS e a CBS, indica que o governo parece ter uma interpretação muito particular sobre o que significa alimentação saudável.

Em um país onde obesidade, diabetes e hipertensão lideram a lista de doenças mais comuns, o Executivo incluiu o açúcar como um dos alimentos que serão beneficiados com a alíquota zero do IBS e CBS, substitutos do PIS/Cofins, IPI, ICMS e ISS.

Não se trata de algo novo: o refrigerante, que será sobretaxado, já teve vantagem tributária de 240% em relação ao suco integral na tributação do PIS/Cofins. O problema é que, em contraste ao benefício total dado ao açúcar, a proteína animal terá incidência de IBS e CBS, mesmo que reduzida em 60%.

Tentar entender a lógica da escolha do governo fica mais complexo quando se toma o exemplo dos ovos: embora não integre a cesta básica nacional de alimentos prevista no projeto, a alíquota incidente será zero. Hoje as carnes compõem a cesta básica, o que garante isenção de PIS/Cofins e tratamento diferenciado na cobrança do ICMS.

Com a recente proposta de regulamentação, a proteína animal sai da cesta básica, mas o açúcar fica. Parece confuso e não faz sentido e é tudo isso ao mesmo tempo. Vale lembrar que o tributo vai muito além da sua função fiscal (arrecadação). Assim, há também um problema de técnica - e aqui é preciso falar sobre a parafiscalidade e extrafiscalidade. A parafiscalidade permite que os recursos oriundos da arrecadação tributária sejam alocados em entidades ou atividades de interesse público, mas não administradas pelo governo - como os pedágios ou as taxas de entidades de classe.

Já a extrafiscalidade serve para estimular ou desestimular um comportamento através da tributação, passando a ser um mecanismo para dirigir o meio social ou econômico - um exemplo são os altos **impostos** que incidem sobre o cigarro. Esse aspecto foi deixado de lado.

Ao zerar a alíquota, a previsão do consumo tende a crescer, afinal, se trata de um incentivo, contradizendo a própria política de rotulagem de alimentos, que alerta consumidores sobre o alto teor de açúcar na composição - e o Brasil é o quarto maior consumidor global desse tipo de produto. Em um cenário que as proteínas animais poderiam não ser tributadas, seria

exagero esperar que o governo usasse a função extrafiscal para estimular uma alimentação saudável e democratizar o acesso aos alimentos?

Passada a inobservância da extrafiscalidade, há ainda a questão nutricional. Uma refeição deve ser dividida em três grandes grupos: carboidratos, gorduras e proteínas. Os dois primeiros estão presentes na grande maioria dos 15 alimentos isentos do projeto. Mas a proteína animal é base de uma alimentação saudável e parte da tradição culinária brasileira. Só falta entrar na cesta básica.

Olhando para toda cadeia produtiva, a legislação vigente também oferece tratamentos diferenciados para empresas do agronegócio. Como exemplo, parte dos insumos utilizados na atividade agropecuária também são isentos de tributação. Como consequência, os alimentos (inclusive a carne) acabam, hoje, tendo um valor menor em função da redução dos custos tributários.

Mas o PLP 68/2024 também propõe a tributação desses insumos e, mesmo que a tributação do CBS e do IBS seja reduzida em 60% para as carnes, a incidência tributária sobre a cadeia produtiva se refletirá no preço dos alimentos.

As opções do governo deixam evidente uma preferência pelo consumo de itens não essenciais em detrimento de alimentos nutricionalmente mais indicados para uma dieta saudável. A proteína animal foi uma das estrelas da propaganda eleitoral. Mas quem esperava picanha, deve receber açúcar.

*João e Beatriz são tributaristas e sócios do Diamantino Advogados Associados

Site: <http://www.correiobraziliense.com.br/direito-e-justica/2024/07/6891270-visao-do-direito-reforma-tributaria-afasta-consumo-de-carne-e-incentiva-o-de-acucar.html>

Com R\$ 400 bilhões para o agro, Lula lança maior Plano Safra da história

Ingrid Soares

+

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou, ontem, o Plano Safra 2024-2025 e disponibilizará R\$ 400,59 bilhões em linhas de crédito, incentivos e políticas agrícolas para médios e grandes produtores. Em relação ao plano anterior, de R\$ 364,22 bilhões, houve um aumento de 10%.

Segundo o Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), os produtores rurais ainda poderão contar com mais R\$ 108 bilhões em recursos de Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), para emissões de Cédulas do Produto Rural (CPR) - que serão complementares aos incentivos do novo Plano Safra. No total, são R\$ 508,59 bilhões para o desenvolvimento do agro.

Dos R\$ 400,59 bilhões em crédito para a agricultura empresarial, R\$ 293,29 bilhões (8%) serão para custeio e comercialização e R\$ 107,3 bilhões (16,5%) para investimentos. Em relação aos recursos por beneficiário, R\$ 189,09 bilhões serão com taxas controladas, direcionados para o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) e demais produtores e cooperativas - os outros R\$ 211,5 bilhões terão taxas livres.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva aproveitou o lançamento do plano para defender a isenção de **impostos** sobre carnes - uma das pautas discutidas na **reforma tributária**. Estamos com um pequeno problema. Temos que discutir o que vai entrar na cesta básica. O que a gente vai isentar de imposto para a cesta básica? Vocês que são produtores sabem que já tem a briga: Carne entra? Carne sai? Fica? Entra carne de primeira, de segunda? Sou daqueles que vou ficar feliz se puder comprar carne sem imposto. Prometi na campanha que o povo ia voltar a comer picanha e a tomar cerveja , lembrou.

Lula destacou que foi nos governos petistas que o Plano Safra ofereceu as maiores quantidades de recursos e que nunca pediu para ninguém do setor agradecê-lo . Pode pegar Deodoro, Café Filho, Getúlio, Juscelino, FHC, Collor, Bolsonaro. Nós fizemos sempre os melhores planos Safra desse país e nunca pedi para nenhum empresário agradecimento. Sei da importância da agricultura brasileira e sei o significado de vocês , frisou.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad , citou o fator sustentável do plano. Essa ideia de financiar, a juros baixos, a recuperação de terra degradada e recolocar essa terra a serviço da produção, tanto de alimentos quanto de grãos exportáveis ou pasto, é uma das principais demandas do mundo em relação ao Brasil , explicou, aproveitando para elogiar a Frente Parlamentar da Agricultura - que faz sistática oposição ao Palácio do Planalto.

Por sua vez, o ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, destacou que apesar da crise climática e dos preços achatados, o agronegócio cresceu 15%, em 2023. As pessoas podem até não gostar de nós, mas não estamos aqui participando de um concurso de simpatia. Estamos trabalhando para que essa agropecuária continue sendo uma força da economia brasileira , enfatizou.

Antes do lançamento do plano para os gigantes do agronegócio, Lula lançou a versão voltada para a agricultura familiar - que concederá R\$ 76 bilhões em crédito para os pequenos agricultores, com juros reduzidos, que podem ser usados para garantir safra, regularização fundiária e mesmo compra de equipamentos.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou, ontem, o Plano Safra 2024-2025 e disponibilizará R\$ 400,59 bilhões em linhas de crédito, incentivos e políticas agrícolas para médios e grandes produtores. Em relação ao plano anterior, de R\$ 364,22 bilhões, houve um aumento de 10%.

Segundo o Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), os produtores rurais ainda poderão contar com mais R\$ 108 bilhões em recursos de Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), para emissões de Cédulas do Produto Rural (CPR) - que serão complementares aos incentivos do novo Plano Safra. No total, são R\$ 508,59 bilhões para o desenvolvimento do agro.

Dos R\$ 400,59 bilhões em crédito para a agricultura empresarial, R\$ 293,29 bilhões (8%) serão para custeio e comercialização e R\$ 107,3 bilhões (16,5%) para investimentos. Em relação aos recursos por beneficiário, R\$ 189,09 bilhões serão com taxas controladas, direcionados para o Programa Nacional

de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) e demais produtores e cooperativas - os outros R\$ 211,5 bilhões terão taxas livres.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva aproveitou o lançamento do plano para defender a isenção de **impostos** sobre carnes - uma das pautas discutidas na **reforma tributária**. Estamos com um pequeno problema. Temos que discutir o que vai entrar na cesta básica. O que a gente vai isentar de imposto para a cesta básica? Vocês que são produtores sabem que já tem a briga: Carne entra? Carne sai? Fica? Entra carne de primeira, de segunda? Sou daqueles que vou ficar feliz se puder comprar carne sem imposto. Prometi na campanha que o povo ia voltar a comer picanha e a tomar cerveja , lembrou.

Lula destacou que foi nos governos petistas que o Plano Safra ofereceu as maiores quantidades de recursos e que nunca pediu para ninguém do setor agradecê-lo . Pode pegar Deodoro, Café Filho, Getúlio, Juscelino, FHC, Collor, Bolsonaro. Nós fizemos sempre os melhores planos Safra desse país e nunca pedi para nenhum empresário agradecimento. Sei da importância da agricultura brasileira e sei o significado de vocês , frisou.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad , citou o fator sustentável do plano. Essa ideia de financiar, a juros baixos, a recuperação de terra degradada e recolocar essa terra a serviço da produção, tanto de alimentos quanto de grãos exportáveis ou pasto, é uma das principais demandas do mundo em relação ao Brasil , explicou, aproveitando para elogiar a Frente Parlamentar da Agricultura - que faz sistática oposição ao Palácio do Planalto.

Por sua vez, o ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, destacou que apesar da crise climática e dos preços achatados, o agronegócio cresceu 15%, em 2023. As pessoas podem até não gostar de nós, mas não estamos aqui participando de um concurso de simpatia. Estamos trabalhando para que essa agropecuária continue sendo uma força da economia brasileira , enfatizou.

Antes do lançamento do plano para os gigantes do agronegócio, Lula lançou a versão voltada para a agricultura familiar - que concederá R\$ 76 bilhões em crédito para os pequenos agricultores, com juros reduzidos, que podem ser usados para garantir safra, regularização fundiária e mesmo compra de equipamentos.

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/politica/2024/07/6891235-com-rs-400-bilhoes-para-o-agro-lula-lanca-maior-plano-safra-da-historia.html>

Reforma tributária das offshores e a instabilidade jurídica nas reduções de capital

Em tempos de ajuste fiscal, temos acompanhado com preocupação a série de medidas encampadas pelo governo com foco no incremento da arrecadação, dentre elas as programações fiscais desencadeadas pela **Receita Federal** para a fiscalização das reduções de capital realizadas por pessoas físicas nas participações societárias detidas no exterior.

Por meio da Lei nº 14.754, de 12 de dezembro de 2023, enfim foi aprovada a **reforma tributária** que instituiu a regra anti-diferimento do IRPF, relativamente aos rendimentos auferidos por pessoas físicas residentes no Brasil em entidades controladas e trusts no exterior, recebendo regulamentação por meio da IN RFB nº 2.180, de 11 de março de 2024.

Assim, a partir de 2024, criou-se regime segundo o qual os lucros apurados pelas entidades controladas no exterior por pessoas físicas residentes no Brasil serão tributados em 31 de dezembro de cada ano, à alíquota de 15%, por meio da DAA (Declaração de Ajuste Anual), entregue em maio do ano seguinte.

Preservou-se, contudo, o estoque de lucros apurados na offshore até 31 de dezembro de 2023, lucros esses que serão tributados, como era antes, apenas no momento da efetiva disponibilização para a pessoa física residente no Brasil, com a alíquota agora reduzida para 15%, não mais 27,5%.

Ponto de atenção, nesta situação, é que por conta da revogação do art. 24 da MP nº 2.158-35/2001, eliminou-se a isenção que havia sobre o rendimento decorrente de variação cambial quando o investimento tivesse origem em rendimentos auferidos originariamente em moeda estrangeira, questão que, por si só, gera um debate acerca do direito adquirido à isenção relativamente ao estoque passado.

Em contrapartida, veiculou-se a possibilidade de atualização do valor dos bens e direitos no exterior, mediante pagamento de uma alíquota reduzida de 8%, garantindo-se, nessa situação, a isenção da variação cambial no caso de aquisição com rendimentos auferidos originariamente em moeda estrangeira.

Criou-se então a declaração chamada ABEX, cujo prazo de adesão encerrou-se em 31/05/2024, tratando-se de um "estímulo positivo" visando incentivar a arrecadação, inclusive por meio de

campanhas da RFB, que chegou a ter que publicar nota afastando "FAKE NEWS sobre fiscalizações em caso de atualização de ativos no exterior" 1, segundo a qual "com a adesão, o contribuinte se beneficiará de maior segurança jurídica e estabilidade".

O problema é que, por um lado, continua em vigor a indigitada e incompreendida Solução de Consulta Cosit nº 678/17 que, tratando das reduções de capital nas offshores, dentre diversas impropriedades, sustenta que "na devolução do capital em dinheiro não existe alienação, pois o capital devolvido não havia deixado de ser propriedade do acionista/quotista/titular."

A newsletter sobre o mundo jurídico exclusiva para assinantes da Folha

Carregando...

A referida SC 678, como sabido, tem fundamentado diversas autuações fiscais desde sua edição, nas quais se tributa as reduções de capital à 27,5%, mesmo não havendo ganho (diferença positiva entre custo de aquisição e o capital devolvido), abarcando até a variação cambial (independentemente da origem em moeda estrangeira ou não), adotando um distorcido hibridismo fiscal sobre o qual já tivemos a oportunidade de apontar, em 2012.

Contudo, o art. 7º da nova lei é claro ao dispor que "a variação cambial (...) comporá o ganho de capital percebido pela pessoa física no momento da alienação, da baixa ou da liquidação do investimento, inclusive por meio de devolução de capital."

Ou seja, ficou claro aquilo que nunca se teve dúvida: devolução de capital é espécie do gênero alienação e está sujeita ao regime de ganho de capital (GCAP), às alíquotas de 15% a 22,5%, e não ao regime de carnê-leão à alíquota de 27,5%.

Por outro lado, mais recentemente, a RFB tem intensificado as fiscalizações envolvendo as reduções de capital de participações em empresas no exterior, expedindo termos padrões de autorregularização, com a recomendação de retificação da DAA e recolhimento do IRPF carnê-leão à 27,5%, inclusive sobre a variação cambial, sob pena de lavratura de autuações fiscais e multas de ofício, insistindo na mesma SC 678

como fundamento.

Um indesejado convite à litigiosidade, contrário à nota institucional RFB antes referida.

Ainda no caso daqueles que aderiram à ABEX, acreditando nos incentivos em busca por "segurança e estabilidade" e aproveitando da alíquota reduzida de 8%, há uma outra crise de credibilidade que certamente levará a mais litígios.

Trata-se da situação envolvendo os contribuintes que aderiram ao programa de regularização cambial e tributária (RERCT), veiculado pela Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016 (e reaberto em 2017), cujas DERCATs, aliás, já foram tacitamente homologadas pelo decurso do prazo decadencial.

Isso porque, conforme regras daquele programa, os bens anistiados foram considerados como ganho de capital auferidos em 31 de dezembro de 2014 e tributados à 15%, mediante conversão dos valores expressos em moeda estrangeira para moeda nacional, ou seja, atribuindo-se ao contribuinte um ganho de capital oriundo de rendimentos auferidos originariamente em moeda estrangeira, para todos os fins e efeitos de direito.

Assim, a parcela da atualização da ABEX referente à variação cambial dessas participações regularizadas no RERCT, estaria isenta do IRPF.

E, nos termos do "perguntas e respostas" disponibilizado à época do RERCT (ADI nº 5/2016), não haveria a necessidade de o contribuinte comprovar a origem dos recursos, mas apenas declarar ("ticar") no campo apropriado da DERCAT (vide pergunta 40).

Eis não foi a surpresa quando, dois anos após a adesão à anistia, houve uma alteração daquele "perguntas e respostas" por meio do ADI nº 5, de 4 de dezembro de 2018, de modo que se passou a exigir a comprovação documental da origem dos recursos no momento da posterior fiscalização da DERCAT.

Tal exigência levou os contribuintes a um grande desconforto e insegurança, abrindo desconfiança e induzindo relevante contencioso sobre o assunto, que perdura até hoje.

Na mesma linha, surge agora o "perguntas e respostas" da ABEX3, segundo o qual "o mero fato de ativos terem sido declarados no RERCT não indica que eles possuem origem em moeda estrangeira", obrigando o contribuinte, assim, a comprovar a origem dos ativos antes da declaração no RERCT (vide resposta 22).

Vale dizer que aqueles ativos, antes considerados oriundos de rendimentos auferidos com recursos originariamente em moeda estrangeira, pelo próprio regime jurídico instituído pela Lei nº 13.254/16, e que não precisariam ter sua origem comprovada, salvo na hipótese de haver indícios outros que não a própria DERCAT, agora passam a ser objeto de novo e desdobrado questionamento.

Há com isso, uma reedição da mesma discussão travada no RERCT, por meio da qual se pretende, por via transversa, visitar o programa de anistia.

No fim, a impressão que fica é de uma **reforma tributária** paralela e silenciosa, por meio de interpretações infralegais em busca de maior arrecadação, levando à instabilidade sobretudo nas regras de transição democraticamente aprovadas.

benefício do assinante

Você tem 7 acessos por dia para dar de presente. Qualquer pessoa que não é assinante poderá ler.

benefício do assinante

assine ou faça login

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/que-imposto-esse/2024/07/reforma-tributaria-das-offshores-e-a-instabilidade-juridica-nas-reducoes-de-capital.shtml>

Tributaristas da FGV pedem inclusão de armas e munições no imposto seletivo; Fazenda avalia positivamente

Por **Andréia Sadi**, **Arthur Stabile**, g1 - São Paulo

Ofício de advogadas tributaristas da FGV diz que imposto sobre armas e munições cairá com **reforma tributária**;

Isso acontece porque esses itens, hoje, estão fora do imposto seletivo, que aumenta a tributação de alguns produtos;

PEC da reforma previa tributação maior, mas Congresso barrou, e governo, ao mandar projeto que regulamenta reforma, não propôs reinclusão;

Estudo do Sou da Paz indica que o Sistema Único de Saúde (SUS) gastou R\$ 41 milhões com internações causadas por armas de fogo em 2022.

Um grupo de 22 advogadas que integram o Grupo de Pesquisa Tributação e Gênero da Fundação Getúlio Vargas (FGV) de São Paulo solicitou a inclusão das armas de fogo e munições no imposto seletivo. O documento, com nove propostas, foi encaminhado ao grupo de trabalho criado pela Câmara dos Deputados para regulamentar a **reforma tributária**.

Pela Proposta de Lei Complementar (PLP) 68/2024, enviada pelo governo Lula 3 ao Legislativo em abril, as armas e munições terão a taxa mínima padrão dos novos **impostos** unificados pela reforma: 26,5%. Estão na mesma situação produtos como fraldas e perfumes.

Com as regras tributárias atuais, as armas de fogo possuem taxa de 55% apenas em imposto federal, o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), além das taxas estaduais. O percentual de IPI para as armas foi aumentado pelo governo Lula no ano passado.

Somada a tributação estadual, que varia de uma unidade da federação para outra, a taxa de armas pode superar 80% de seu valor final, segundo os autores do estudo.

Não se pode negligenciar a associação direta de proteção à saúde com a tutela do direito à integridade

física e do direito à vida. Diante disso, faz-se necessária a incidência do IS (imposto seletivo) sobre armas e munições, diz trecho do documento enviado aos deputados.

O Ministério da Fazenda afirmou ao g1 estar ciente do debate sobre taxa de armas e que o texto original do PL não incluía o imposto seletivo para os itens em respeito à decisão do Congresso Nacional que, quando da votação da PEC 45/2019, derrubou expressamente dispositivo com essa finalidade.

De toda sorte, avalia positivamente a retomada do debate no âmbito do parlamento, visto que tecnicamente considera a demanda meritória, afirma a Fazenda, em nota.

LEIA MAIS

Reforma tributária: cashback para famílias de baixa renda somaria R\$ 15,2 bilhões se estivesse em vigor em 2023 Reforma tributária prevê crédito para empresas em serviços de empréstimos e seguros Governo tira imposto sobre herança de previdência privada de projeto da **reforma tributária**

O Senado havia incluído taxa de armas e munições na PEC da **reforma tributária**, mas o trecho caiu na Câmara. O destaque (sugestão de mudança no texto) para retirar imposto seletivo sobre armas e munições foi apresentado pelo PL e acabou aprovado.

Em maio, o secretário extraordinário do Ministério da Fazenda para a **reforma tributária**, Bernard Appy, afirmou que a compra de armas e munições pode até mesmo contar com o mecanismo de cashback (devolução de parte do imposto pago) na **reforma tributária**.

Armas, do jeito que está, vai ter cashback. Não está no imposto seletivo por decisão de vocês aqui, hem. Estava no imposto seletivo e foi retirado. Então, por definição do Congresso, caiu o imposto seletivo sobre armas e munições, disse Appy, durante audiência pública na Câmara dos Deputados.

Risco à saúde e gastos do SUS

***inclusao-de-armas-e-municoes-no-imposto-seletivo-
fazenda-avalia-positivamente.ghtml***

Pesquisa feita pelo instituto Sou da Paz indica que o Sistema Único de Saúde (SUS) gastou R\$ 41 milhões apenas em 2022 para tratar vítimas de arma de fogo. Ao todo, foram mais de 17 mil internações.

Professora de Direito na FGV, Tathiane Piscitelli assina o documento e coordena o grupo de pesquisa Tributação e Gênero da faculdade, responsável pelo ofício. Segundo ela, os danos causados pelas armas justificam tal cobrança extra.

Existe uma conexão com a saúde na medida em que os acidentes com armas de fogo sobrecarregam demasiadamente o SUS. E tem aqui o impacto de gênero e raça muito importante, considerando que as armas de fogo são o principal instrumento pelo qual os feminicídios são praticados e as mulheres negras são muito mais oneradas nesse sentido, afirmou ao g1.

Além de taxar armas com imposto seletivo, as tributaristas pedem inclusão da taxa para bebidas açucaradas, alíquota zero para fraldas infantis e geriátricas, mesma isenção para medicamentos ligados à fisiologia feminina, entre outros.

Aprovação da reforma e passo seguinte

A **reforma tributária** aprovada pelo Congresso altera o atual sistema de cobrança de **impostos**. Serão dois **impostos**: o IBS, que unifica taxas municipais e estaduais (ICMS e ISS); e o CBS, que une taxas federais (PIS, Cofins e IPI).

Com a aprovação, um grupo de trabalho da Câmara avalia a regulamentação da reforma. A lei complementar define quais grupos de produtos terão regimes de cobrança diferenciada.

Há setores da economia e categorias profissionais que podem ter isenções completas, descontos ou regimes específicos de tributação.

Entre os debates estão:

desconto de 30% das alíquotas do IBS e da CBS; desconto de 60% das alíquotas do IBS e da CBS; isentos das alíquotas do IBS e da CBS; regime específico de tributação; imposto seletivo (com cobranças mais altas para determinados produtos).

O grupo de trabalho indicou que deve propor, ao menos, duas alterações na proposta da área econômica. São elas: imposto seletivo para apostas esportivas e desoneração total para carnes.

Site: <https://g1.globo.com/politica/blog/andreia-sadi/post/2024/07/04/tributaristas-da-fgv-pedem->

Reforma tributária: parecer da regulamentação deve ser apresentado nesta quinta com detalhes sobre impostos

Por Luiz Felipe Barbiéri, Paloma Rodrigues, g1 e TV Globo - Brasília

Os dois novos **impostos** formam o IVA (Imposto sobre Valor Agregado) e substituirão cinco **tributos** que atualmente incidem sobre consumo: PIS, Cofins, IPI, ICMS, ISS.

O governo enviou uma proposta, mas o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), resolveu formar um grupo de trabalho para discutir eventuais mudanças no texto. A votação está programada para a semana que vem.

O outro projeto que regulamenta a **reforma tributária** e trata do funcionamento de um **comitê gestor** será votado em agosto, segundo o presidente da Câmara.

O texto passou por ajustes nos últimos dias diante da pressão de setores por alíquotas mais vantajosas.

A discussão mais intensa se deu em torno da tributação da carne. Os deputados que atuam na regulamentação da **reforma tributária** alegam que já estavam trabalhando para encontrar meios para zerar o imposto desse tipo de alimento, colocando-o como item da cesta básica.

Mas o grupo não gostou da pressão feita pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que cobrou publicamente que a carne que o povo come fosse isenta.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), se manifestou em linha contrária às declarações do chefe do Planalto.

"Não tem polêmica com relação à carne. Nunca houve proteína na cesta básica. Se couber a gente vai ter que ver quanto a inclusão representa na alíquota que todo mundo vai pagar", disse.

Ele seguiu: "Proteína, só a carne dá quase 0,57% de alíquota. É um preço pesado para os brasileiros .

A pressão dos segmentos por alíquotas mais vantajosas foi diversa. O mercado imobiliário, por

exemplo, pressionou por desconto de 60% das alíquotas de IBS e CBS, enquanto a Fazenda insistiu em 20% de desconto.

A mesma coisa aconteceu com o setor de saúde animal, que pediu o mesmo tratamento dado aos serviços de saúde ofertados para humanos, que recebeu desconto de 60% na alíquota dos **impostos**.

O mercado pet alegou aos integrantes do grupo de trabalho que haveria forte aumento na carga tributária atual com a reforma, o que pressionaria os preços do setor.

O governo enviou a proposta prevendo uma alíquota média para o IVA de 26,5%. Com eventuais alterações no texto essa alíquota pode subir ou cair.

Integrantes do GT afirmaram nas últimas semanas que o objetivo é manter a alíquota inalterada.

"Temos limites para manutenção de um nível de alíquota que seja o menor possível. Veio do governo em torno de 26%, se nós pudermos, vamos reduzir ou manter. Mas nosso trabalho é para que reduza a alíquota geral para todo mundo", afirmou Lira.

Site:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/07/04/reforma-tributaria-parecer-da-regulamentacao-deve-ser-apresentado-nesta-quinta-com-detalhes-sobre-impostos.ghtml>

Deputados apresentam texto de regulamentação da reforma tributária

Os deputados do grupo de trabalho da **Reforma Tributária** apresentam nesta quinta-feira, a partir das 10h, o parecer do primeiro projeto de lei que regulamentará a **reforma tributária**. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou nesta quarta-feira que a votação do texto em plenário deve ocorrer na próxima semana.

Entre os pontos polêmicos com expectativa de acréscimo ao relatório estão: a inclusão das carnes na cesta básica, além da inclusão no imposto seletivo de itens como armas, carros elétricos e jogos de azar.

Lira indicou dificuldades para a inclusão da carne in natura na cesta básica de alimentos, com alíquota zero, como defendido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e defendido pelos deputados do GT. O presidente da Casa argumentou que a inclusão pode gerar impacto na alíquota padrão de referência. O Ministério da Fazenda previa que a taxa poderia subir de 26,5% para 27% com a adição.

- Nunca houve proteína na cesta básica. Mas, temos que ver quanto essa inclusão vai impactar na alíquota que todo mundo vai pagar - afirmou Lira.

Para os parlamentares, porém, o aumento de itens no imposto seletivo poderá compensar a perda de carga tributária e garantir uma alíquota mais baixa. Os deputados chegam a prever um imposto de até 25%, a partir de 2033, quando todos os cinco **impostos** sobre consumo serão extintos.

O primeiro texto da regulamentação da **Reforma Tributária** detalha a implementação do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), que juntos formaram o IVA (Imposto sobre Valor Agregado). O tributo vai substituir cinco **impostos** que recaem sobre consumo hoje: PIS, Cofins, IPI, ICMS, ISS.

O atual texto de regulamentação da **reforma tributária** prevê que diferentes itens tenham a mesma alíquota padrão de imposto, como armas, munições, fraldas infantis, perfumes e roupas. Nenhum dos itens estão na alíquota reduzida ou em regimes especiais. A proposta de regulamentação, porém, ainda será modificada por deputados do grupo de trabalho da **Reforma Tributária**.

O segundo texto, que deve ser apresentado nesta quinta-feira ao presidente Lira, trará os detalhes do funcionamento do Comitê Gestor, órgão que irá recolher e redistribuir o IBS a estados e municípios.

O IVA vai incidir no momento de cada compra, a chamada cobrança no destino. Hoje, os **impostos** recaem sobre os produtos na origem, ou seja, desde a fabricação até a venda final. Essa modalidade leva a um acúmulo das taxas ao longo da cadeia produtiva, deixando o produto mais caro.

O valor padrão do IVA ainda será definido e deve ser descoberto apenas um ano antes de cada etapa de transição. A transição entre sistemas começa em 2026, com a cobrança de apenas 1% de IVA. O valor vai aumentando ao longo dos anos seguintes, até chegar em 2033, quando todos os **impostos** sobre consumo serão extintos, e sobrarão apenas o IVA. O valor cheio será definido em resolução do Senado Federal, que também determinará qual parcela cada ao CBS e qual será de IBS.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/07/04/deputados-apresentam-texto-de-regulamentacao-da-reforma-tributaria.ghml>

Estabilidade trouxe alívio para o cidadão



A professora Ginna Xavier fazia estoque de alimentos em casa



Nicolas Bonvakiades recorda o pavor dos correntistas no Plano Collor

» **MARIA BEATRIZ GIUSTI*** » **VITÓRIA TORRES***
***Estagiárias sob a supervisão de Edla Lula**

Em 30 de junho de 1994, mais de 940 milhões de cédulas e 688 milhões de moedas foram distribuídas no Brasil, de acordo com as informações do Banco Central.

Depois de mais de um ano de transição, finalmente, o brasileiro podia segurar no dinheiro real.

O fim de 1994 ainda enfrentou a **inflação** de 916% no acumulado de 12 meses, mas o controle econômico acompanhou os próximos anos e, já em 1995, o percentual era de 22%. Somente quem viveu a **inflação** desenfreada no Brasil pode perceber a diferença.

Durante a transição do Cruzeiro Real para o Real, foi lançada a Unidade Real de Valor (URV), uma moeda contábil que pavimentou o caminho para a introdução do real, moeda que permanece até hoje. Esse processo transformou a alta **inflação**, mais de 80% ao mês, que atormentava a vida dos brasileiros em uma lembrança do passado. As gerações nascidas após o início da estabilidade econômica não conseguem imaginar como era viver em um país com hiperinflação.

Em 1992, a recém-casada Silvana Oliveira, 48 anos, recorda que, mesmo no final do período crítico da hiperinflação, o cenário era "caótico" para um jovem casal. "Quando casei, em meados de 92, senti

drasticamente o cenário caótico que o Brasil atravessava. Todo o mês, os preços subiam e era uma luta constante para ajustar o orçamento familiar. O cenário por si só me tirava um pouco da esperança que tinha no Brasil: eu e meu ex-marido, dois jovens começando a vida, com sonhos que pareciam muito difíceis de concretizar".

Oliveira lembra, no entanto, que a chegada de 1994 trouxe um alívio para vida dos brasileiros que começaram a ter esperança na nova moeda. "Quando o Plano Real foi lançado, parecia que um milagre tinha acontecido. A **inflação** estava fora de controle e, de repente, com a nova moeda, tudo começou a estabilizar", recorda.

Confisco da poupança Durante o governo do ex-presidente Fernando Collor, o Brasil enfrentou um dos momentos mais traumáticos de sua história econômica, quando em 1990, o presidente confiscou poupanças e bloqueou contas bancárias como parte de um plano para conter a hiperinflação. Esse confisco repentino deixou milhões de brasileiros sem acesso ao seu próprio dinheiro, ou forçando as vítimas do golpe a negociar metade do valor de volta, agravando a crise financeira e semeando desconfiança no sistema bancário, enquanto o país já lutava contra preços que subiam diariamente e uma economia em colapso.

O empresário Edimar Mothe, 65, relembra o impacto da medida, que marcou sua vida pessoal e profissional. "Eu me lembro de assistir à notícia na televisão praticamente hipnotizado, e fiquei assim durante uns dois dias. Eu me lembro, com exatidão, de ouvir aquilo sem saber o que fazer. Eu tinha contas para pagar e, de todo o dinheiro que nós tínhamos no banco, para as empresas, suprir compromissos, folha de pagamento, aluguel, fornecedores, sobraram 50 mil. Aquilo impactou muito. Foi uma loucura. Eu procurava entender aquele Plano Collor".

Para Edimar, o confisco foi um golpe quase fatal. "O governo, com o tempo, foi criando a condição de poder pagar **impostos** com o dinheiro que foi congelado.

Se você tinha dinheiro no banco, perdia cerca de 20% a 30%. As empresas que tinham **impostos** para pagar, pagavam 70% e ficavam com o crédito, o dinheiro congelado, para pagar **impostos**. Todo mundo perdeu, na melhor das hipóteses, uns 30% do seu capital. Isso para quem conseguiu descongelar, pois muita gente não conseguiu", conta.

O então bancário, Nicolas Bonvakiades, 56, relembra como os bancos eram sempre cheios de pessoas tentando pagar as contas sem os juros. Hoje assessor de imprensa, ele conta que viveu a hiperinflação de duas formas.

"Pelo fato de ser bancário, eu via a agonia das pessoas que não conseguiam pagar os juros enormes do cheque especial, enquanto eu também passava por uma situação semelhante".

O assessor recorda que viveu uma situação "inusitada" durante os congelamentos no governo Collor, mas que o tirou de um débito grande. "Eu tinha uma dívida de cheque especial e, de repente, para liberar dinheiro, começou a poder fazer a transferência da dívida para quem teve as contas congeladas. Você vendia a dívida para quem queria descongelar o dinheiro e a sua dívida era paga por essa pessoa. Uma coisa completamente absurda".

Entre aqueles que se moldaram ao sistema da época, está o fotógrafo Jorge de Medeiros, 64, que viveu o começo de sua carreira profissional em um país onde os preços mudavam diariamente.

"Viver em um país com hiperinflação foi muito desagradável. Principalmente para os mais pobres.

Não tinha certeza se o que ganhavam era o suficiente para bancar as despesas". Para ele, que trabalhava como autônomo, a situação era ainda mais complicada.

"Eu não era assalariado, já que vivia como autônomo fotografando.

Por isso, os serviços que eu pegava vinham com valores atualizados de acordo com a **inflação**. Eu ia corrigindo. A **inflação** gerou muita insegurança para a população".

O comerciante Cláudio Damaceno, 51, viveu dificuldades antes da estabilização econômica trazida pelo Plano Real, que forçava os trabalhadores a lidarem com dinheiro em espécie, mas não possibilitava comprar o básico. "Cartão de crédito era só para a burguesia.

Naquela época, andávamos com um salário mínimo dentro da carteira.

Recebia do patrão o dinheiro em espécie e já saía com a carteira recheada na rua. Quando chegava no mercado, o pagamento ficava lá", recordou.

"Comprávamos o básico, por exemplo, um kg de carne levava 1/3 do salário. As coisas eram mais difíceis, o

preço não nos deixava ter. Carne era só uma vez por semana. O pobre comia ovos", contou. A hiperinflação reduzia drasticamente o poder de compra e limitava o acesso a alimentos, obrigando famílias a adotarem dietas restritas.

Houve um processo de adaptação à nova moeda e a estabilização dos preços. "Os primeiros anos do real foram complicados. As coisas começaram a melhorar depois de uns sete anos", disse Cláudio.

Estoque de comida O contador Adão Passos, 60, relembra os tempos difíceis da hiperinflação no Brasil, quando os preços subiam várias vezes ao dia, tornando o planejamento financeiro impossível e obrigando os brasileiros a correrem para estocar alimentos.

Com a moeda desvalorizada e produtos básicos desaparecendo das prateleiras, os brasileiros transformavam seus salários em alimentos para o mês inteiro.

"O salário era corroído diariamente na compra de produtos e serviços. Os preços eram remarcados de manhã, de tarde e de noite.

Não era possível um planejamento familiar, nem tampouco financeiro.

Era muito curioso você ir ao supermercado correndo nas prateleiras para pegar o produto com o preço do início da manhã, pois já tinha o cara com a maquininha fazendo a remarcação dos preços.

Estocar comida era necessário", comenta, lembrando que a renda do brasileiro não era capaz de proporcionar compras no dia a dia. Ele recorda ainda que até produtos faltavam nos supermercados.

"Nossa moeda não tinha nenhum valor", completa.

A introdução do Plano Real se tornou um ponto de virada na economia. Permitindo que os brasileiros finalmente se libertassem da constante alta de preços.

"Possibilitou fazer planejamento financeiro e familiar. Acabou a correria no supermercado para comprar produtos sem alterar o preço do dia para a noite. Acabou a necessidade de estocar comida.

O salário passou a ter poder de compra. Nada de comprar comida para o mês todo. O preço estabilizou.

Na época, eu nem sonhava em ter um carro, uma casa ou, até mesmo, acesso a produtos e serviços de lazer. Hoje, reservando uma quantia por mês, tenho acesso a todas as opções que eu quero", concluiu o contador.

Para a professora de idiomas, Gianna Xavier, 66, o drama era o mesmo. Mãe de três crianças pequenas na época, a professora conta que precisava levar cheque para todas as lojas porque não sabia quanto ia gastar no dia. "A gente andava com cheque para absolutamente tudo, para ir na padaria tinha que ser com cheque. Não sabia quanto de dinheiro tinha que levar, um dia era um saquinho, no outro já eram dois saquinhos. A gente chamava de "pataca" a moeda da época, porque vivia mudando".

Xavier lembra que a família não podia se dar ao luxo de comprar algumas marcas, já que a ida ao mercado era sempre uma surpresa dos valores. "Quando recebia o salário, a gente corria para o supermercado para fazer estoque, muito leite em caixinha e em pó, mas tudo que pudesse estocar, a gente estocava. Os produtos eram sempre de marca branca que eram um pouco mais barato".

Geração do real Para a geração que nasceu no período do real, alguns hábitos podem parecer desnecessários, mas muito comuns para os familiares mais velhos. O gerente de projetos e estudante de economia, Paulo Zhara, de 27 anos, conta que quando criança os pais e os avós sempre faziam compras de mês. "Aqueles compras muito grandes no supermercado, com vários pacotes de arroz, de feijão, muitos produtos enlatados eram muito comuns na minha família".

Mesmo depois de 30 anos do Plano Real, Paulo diz que a hiperinflação não o assusta, mas questiona a forma como os governos vêm lidando com as crises econômicas. "Se for parar para pensar, o Brasil não mudou tanto a maneira de fazer política e de fazer políticas econômicas.

Ainda é muito baseada no controle da **inflação** por meio da determinação da taxa de juros. Eu vejo que esse cenário da hiperinflação pode acontecer no médio ao longo prazo".

Site:

<https://flip.correiobrasiliense.com.br/edicao/imprensa/6143/04-07-2024.html?all=1>

Necessidades básicas

Salário mínimo



Valor do Dólar

1994
R\$ 1
valia US\$ 1

2024
R\$ 5,59
vale US\$ 1

VALORES CONVERTIDOS

R\$ 100,00 em 1994 = **R\$ 808,02** em 2024

Carro popular (em 1994) **R\$ 7.243** = Carro popular (em 2024) **R\$ 72.990**

Cesta básica (em média)



Gasolina (um litro)



ÍNDICE DE CUSTO DE VIDA

Alimentação no domicílio



Alimentação fora do domicílio



Fontes: Banco Central; Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos; Petrobrás; Banco Central; Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) e IBGE

Deputados evitam temas polêmicos em parecer

**BIANCA LIMA MARIANA CARNEIRO IANDER PORCELLA
BRASÍLIA**

Os sete deputados que compõem o grupo de trabalho (GT) de regulamentação da **reforma tributária** fecharam o primeiro parecer preliminar após reunião de oito horas com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). O conteúdo será divulgado hoje, já sob a expectativa de que haverá mais modificações e ajustes.

Isso porque o relatório não entrará nas questões mais controversas da reforma, como a composição da cesta básica com imposto zero, com a eventual inclusão das carnes, nem mudanças no Imposto Seletivo, o chamado "imposto do pecado" - que vai incidir sobre itens nocivos à saúde e ao meio ambiente.

Diversos segmentos, como a indústria de refrigerantes, tentam escapar da taxa extra e pressionam os parlamentares.

"Hoje (ontem), conseguimos fechar o texto. Estamos colocando tudo o que é consenso entre os deputados, mas tem muita coisa que não depende só de nós, nem do presidente (da Câmara, Arthur Lira); depende das bancadas, dos líderes e presidentes dos partidos", disse o deputado Joaquim Passarinho (PL-PA), que compõe o GT responsável pela regulamentação da espinha dorsal da reforma.

Segundo ele, todas as questões que podem influenciar a alíquota-padrão do novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA, que vai unificar cinco **tributos**) ficarão a cargo das bancadas partidárias.

Nem mesmo foi concluída a discussão sobre a eventual tributação de fundos de investimentos do agronegócio (Fiagro) e imobiliários (FII).

"Os partidos vão conversar com Lira para podermos construir esse texto para a semana que vem", afirmou Passarinho, durante reunião de bancada do PL à qual o Estadão teve acesso nos minutos iniciais.

A mensagem foi reforçada pelo deputado Cláudio Cajado (PP-BA), outro integrante do grupo: "Tivemos uma longa reunião com o presidente da Câmara, para ajustarmos o texto.

Agora, vamos ter um encontro com as bancadas".

Parlamentares ouvidos pela reportagem afirmam que a estratégia é dividir o bônus e o ônus das alterações mais polêmicas, sobretudo daquelas que podem elevar a cobrança geral do IVA.

A alíquota média do novo tributo, nos cálculos da Fazenda, está em 26,5%, mas poderia chegar a 27,1% apenas com a inclusão das carnes na cesta básica zero - pleito defendido pelo setor supermercadista e pela bancada ruralista do Congresso.

Esses itens estão na alíquota reduzida, com desconto de 60% na cobrança.

Na tarde de ontem, após reunião com os membros do GT, Lira disse que a inclusão das carnes não é uma questão trivial, se contrapondo às falas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que defendeu a inserção das proteínas consumidas pelos mais pobres, como o frango.

"Não tem polêmica com relação à carne. Nunca houve proteína na cesta básica. Se couber, a gente vai ter de ver quanto essa inclusão representa na alíquota que todo mundo vai pagar", disse Lira. Ele afirmou que a alteração teria um "preço pesado para todos os brasileiros".

Lira vem defendendo que haja a manutenção da alíquota média do IVA e que qualquer novo benefício seja compensado, para que não haja aumento da cobrança geral.

ARMAS. Mais cedo, o deputado Hildo Rocha (MDB-MA), que também integra o grupo de trabalho, afirmou que o grupo avalia a inclusão das armas na taxa do "imposto do pecado". A cobrança chegou a ser prevista na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da reforma, mas saiu do texto por meio de um destaque apresentado pelo PL durante a votação no plenário da Câmara, em dezembro do ano passado. A "bancada da bala" e os aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro são defensores da pauta armamentista.

Ontem, o deputado Passarinho - que é o representante do PL no grupo de trabalho da reforma - se reuniu com Bolsonaro para tratar do tema.

Os deputados também vinham debatendo a possibilidade de incluir as apostas esportivas online, as chamadas bets, no Imposto Seletivo - inclusive como forma de compensar a ampliação da cesta básica.

"Hoje (ontem), fechamos o texto. Estamos colocando tudo o que é consenso entre os deputados, mas tem muita coisa que não depende só de nós, nem do presidente (da Câmara, Arthur Lira)" Joaquim Passarinho (PL-PA) Deputado federal

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Haddad quer aprovar projeto sobre dívidas antes do recesso

BRUNO NOGUEIRA

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), disse que ainda há pendências nas negociações da repactuação das dívidas dos estados com a União, mas espera concluir o acordo antes do recesso do Congresso Nacional, que começa no próximo dia 18. A declaração foi dada durante reunião do Conselho da Federação, no Palácio do Planalto, com a presença de governadores, prefeitos e do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. "Não queremos anunciar aqui, porque ainda há pendências que as negociações vão superar, e [Rodrigo] Pacheco, presidente do Congresso, está nos ajudando a equacionar pendências para que o projeto de lei complementar de repactuação possa ser apresentado e aprovado ainda antes do recesso de julho", declarou. Na busca por reduzir o déficit do governo federal, Haddad afirmou ainda que havia preocupação do impacto da renegociação nas contas primárias da União. Segundo ele, para evitar problemas, há uma ideia de criar mecanismos de redução dos juros de correção dos contratos mediante condições como descontos e contrapartidas.

Atualmente, o indexador de correção da dívida é calculado pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) +4%, limitado pela taxa Selic. De acordo com essa fórmula, as dívidas dos estados neste ano aumentariam 8,62%, crescendo mais do que a receita dos estados. O problema é um dos principais focos dos governadores, em especial dos estados do Sul e Sudeste, que têm as maiores dívidas.

"Elaboramos uma série de princípios que deveríamos nos atentar para que o cobertor que cobre um não descobrisse o outro, ou seja, a gente fizesse uma conta para que uma renegociação não tivesse impacto nas contas primárias da União. Isso nos conduziu para alguns princípios em torno da questão dos juros, uma vez que a receita cresce de acordo com **inflação**, mas não o suficiente para arcar com os 4% de juros previstos nos contratos", explicou.

Segundo Haddad, são quatro premissas: busca pela equidade com cessão de benefícios para todas as unidades da federação; concessão de descontos sobre juros da dívida; criação de fundo de equalização temporário composto por parte dos recursos economizados do pagamento do serviço da dívida distribuídos a partir de parâmetros que visem reduzir

desigualdades regionais; contrapartida dos estados para manutenção dos descontos para a dívida e acesso ao fundo de equalização.

O ministro não detalhou o restante do projeto de lei complementar que deve ser apresentado no Senado, argumentando que outros estados ainda têm pendências, citando Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul como exemplos. "Esperamos com esse projeto resolver todas [as pendências], incluindo para todos os outros estados e municípios que possuem pendências com a União e contratos no mesmo termo que esses quatro (MG, SP, RJ e RS), que respondem por cerca de 80% da dívida. Espero até o fim do mês concluir a negociação e dar essa boa notícia aos entes federados", completou.

ensino médio

No início do ano, a Fazenda já havia anunciado um programa para reduzir os juros da dívida em troca de investimentos em ensino médio técnico. A taxa real pode cair 3% ao ano, caso o estado aplique 50% da economia do benefício na ampliação das vagas educacionais. Se o estado se comprometer a destinar um percentual de 75%, o juro pode cair para 2,5%, e no caso do direcionamento de 100%, a taxa seria de 2% ao ano. O programa inicialmente chamado de "Juros pela Educação" será incluído no projeto de lei complementar apresentado por Pacheco ao governadores na terça-feira.

Após o encontro com o parlamentar, o governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), disse que a proposta pode ser insuficiente para resolver o débito de mais de R\$ 160 bilhões do estado com a União. Ele lembrou que o estado já investe em ensino profissionalizante, por meio do programa "Trilhas do Futuro", mas que os valores já empenhados teriam que ser acrescidos. "Precisamos considerar o que já é feito, e não o que será feito a mais", disse. "Senão, é tirar de um bolso e colocar em outro. Minas Gerais já é um estado muito bem atendido na questão do ensino técnico profissionalizante. Somos o estado que mais tem alunos neste critério. Se colocar mais (investimento) em um produto que já tem uma oferta adequada, você estaria rasgando dinheiro e não resolvendo o problema", emendou Zema.

"Não queremos anunciar aqui, porque ainda há

pendências que as negociações vão superar. [Rodrigo] Pacheco, presidente do Congresso, está nos ajudando a equacionar pendências para que o projeto de lei complementar de repactuação possa ser apresentado e aprovado ainda antes do recesso de julho"

Fernando Haddad, Ministro da Fazenda

Site: <https://digital.em.com.br>

O silêncio é de ouro (Editorial)

Demorou, mas as imprecações diárias do presidente Lula da Silva contra o mercado e o presidente do Banco Central (BC) começaram a gerar incômodo até mesmo entre seus aliados. Antes tarde do que nunca, uma vez que é questão de tempo para que o efeito das cotações do dólar chegue à economia real.

Reunido com economistas no fim de semana, Lula da Silva parece finalmente ter assimilado a informação. Ontem, durante o lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar, questionado sobre se achava que o Banco Central deveria intervir no câmbio para conter a desvalorização do real, o presidente respondeu que falaria apenas sobre arroz e feijão.

O comedimento de Lula da Silva trouxe algum alívio nas cotações do dólar, mas seria ingenuidade acreditar que ele tenha se convencido de que suas declarações contra a autonomia do BC e a responsabilidade fiscal foram um erro.

Afinal, não se pode esquecer que, no dia anterior, Lula da Silva havia sugerido que o governo faria "algo" para conter a desvalorização da moeda - frase que levou o dólar ao maior valor desde janeiro de 2022.

Sem que Lula esclarecesse o que quis dizer com isso, o mercado passou a aventar a possibilidade de que o presidente adotaria medidas de controle de capitais, como a alteração do IOF que incide sobre operações cambiais. Por mais absurda que a ideia pareça, ela ainda é mais factível que a possibilidade de o governo cortar despesas ou propor reformas estruturais, que é o que de fato teria efeito benéfico sobre o câmbio.

Mas a subida do dólar foi tão intensa que finalmente acendeu um alerta no governo sobre seus impactos na **inflação**.

Não é segredo para ninguém que as cotações do dólar afetam os preços de maneira geral, sobretudo o de insumos importados.

Basta analisar a balança comercial para perceber o estrago que o câmbio pode causar nos itens que lideram as importações brasileiras, como combustíveis, adubos, fertilizantes químicos, produtos manufaturados, máquinas e equipamentos, semicondutores, autopeças e trigo, entre outros.

Talvez o presidente precise ser lembrado de que o País ainda precisa adquirir gasolina e diesel no exterior para abastecer o mercado interno. Se a

situação ainda não piorou, é somente porque a patriótica Petrobras decidiu "abrasileirar" os preços em maio do ano passado e não autorizou nenhum reajuste na gasolina e no diesel neste ano, o que tem ajudado a segurar a **inflação**.

Segundo a Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom), a Petrobras teria de elevar a gasolina em R\$ 0,67 por litro e o diesel, em R\$ 0,73 por litro, para equiparar os preços aos praticados no exterior. Enquanto o dólar não recua, a companhia tem de arcar sozinha com essa diferença, que, no passado recente, gerou perdas bilionárias e por muito pouco não levou a companhia à ruína.

Os efeitos do aumento de preços no agronegócio e na indústria, por óbvio, chegam também ao comércio e aos serviços, ainda que com alguma defasagem.

Não por acaso, parte do mercado já não descarta mais a necessidade de um novo aumento da taxa básica de juros ainda neste ano. Embora a Selic esteja em 10,5%, a curva de juros futuros projeta que ela terá de ser elevada.

Para Lula da Silva, a economia vai bem, mas o mercado realiza um ataque especulativo contra a moeda brasileira.

O que ele ignora é que suas declarações não contribuem em nada para ajudar os mais pobres, que são os mais prejudicados pelo aumento da **inflação**.

O mercado, de certa forma, colabora para turvar a percepção do governo sobre a conjuntura macroeconômica - que, sob o ponto de vista do Executivo, não justifica tamanha desvalorização da moeda. O arcabouço fiscal, afinal, sempre teve como foco a ampliação de receitas, não é de hoje que o governo não tem maioria no Congresso para fazer sua agenda avançar, e Lula da Silva sempre demonstrou enorme resistência a medidas de redução de despesas.

Quem acreditou que o governo teria algum juízo e faria diferente o fez por pura fé. Lula da Silva, no entanto, ajudaria muito se ao menos ficasse quieto e deixasse de jogar mais lenha na fogueira.

Sabe-se, no entanto, que seu silêncio é temporário.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Uma proposta indecorosa (Editorial)

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSDMG), elaborou um projeto de lei para permitir a renegociação das dívidas dos Estados com a União. A exemplo dos socorros anteriores, a proposta tem tudo para gerar perdas para o País, mas esta, em particular, tem aspectos realmente inovadores, para dizer o mínimo.

Parte-se do princípio de que qualquer acordo entre credores e devedores deve ser benéfico para ambas as partes.

Quem está endividado busca fôlego financeiro para honrar a dívida, e a outra ponta vislumbra a chance de receber algo em troca desse gesto de boa-fé.

Eis a primeira inovação da proposta.

Não foi a União, como credora, quem propôs os termos da proposta, mas um senador. O senador, em tese, poderia atuar de maneira isenta, tal qual um mediador a facilitar uma negociação entre as partes. Mas esse mesmo senador não apenas representa um dos Estados mais endividados do País, como é um potencial candidato ao governo desse mesmo Estado em 2026. É, portanto, parte interessadíssima no fechamento desse acordo.

Para aceitar qualquer proposta, o credor costuma estipular algumas condições que demonstrem um verdadeiro comprometimento do devedor com o acordo. Assim foi feito no passado recente.

O governo federal assumia a dívida do Estado que, em troca, se comprometia a adotar medidas austeras, como reformas administrativa e previdenciária e privatizações de estatais - ações que requeriam sacrifícios em termos de popularidade e muita articulação política dos governadores. Caso os termos do acordo fossem desrespeitados e o devedor deixasse de honrar sua parte, o credor podia executar a dívida de maneira antecipada. Assim, Estados que deixavam de pagar as prestações da dívida com desconto podiam perder o direito de receber transferências constitucionais e voltar a ter de pagar a parcela integral de suas dívidas com a União.

Desta vez, a renegociação seria diferente.

Segundo o Estadão, bastaria aos Estados anunciar investimentos genéricos em educação, infraestrutura e segurança pública, oferecer suas estatais à União para que elas sejam federalizadas e contribuir com um

fundo de equalização que bancará ações em outros Estados que nada têm a ver com as dívidas renegociadas.

Ao que parece, o governo federal não se opõe a essa proposta indecorosa - ao menos, pelo que Pacheco tem declarado.

Segundo ele, Estados que adotarem as três medidas - investimentos em educação, infraestrutura e segurança pública, contribuição para o fundo de equalização e a federalização de estatais - poderão zerar os juros da operação, hoje em 4% mais IPCA, e manter apenas a correção pela inflação.

Mais do que rejeitar, o governo Lula da Silva não deveria nem sequer discutir um acordo sob esses termos. Trata-se de um incentivo aos Estados gastadores, que jamais cumpriram os termos das propostas anteriores, e uma desmoralização daqueles que, ingenuamente, atuaram com algum grau de responsabilidade para colocar as contas em dia.

Federalizar estatais é o mesmo que aceitar um novo passivo, dado que essas empresas costumam ser um ralo por onde escoam o dinheiro público. Não é preciso imaginar o que pode ocorrer. Basta lembrar que a Eletrobras gastou R\$ 25 bilhões, em 20 anos, para sustentar distribuidoras de energia federalizadas em uma renegociação anterior, até que elas fossem finalmente privatizadas.

Se essa proposta prosperar, a União pagará juros mais altos do que cobrará dos Estados para financiar sua própria dívida. Por fim, criar um fundo de equalização significa ampliar ainda mais a percepção do mercado sobre o risco fiscal em um momento crítico, em que o dólar chegou a ultrapassar a barreira de R\$ 5,70 em razão das péssimas sinalizações que o governo tem dado nessa seara.

Trata-se de um instrumento paralelo por meio do qual o dinheiro vai circular fora das amarras e restrições impostas ao Orçamento.

A sorte do governo Lula da Silva é que os Estados diretamente envolvidos nas discussões ainda não chegaram a um consenso sobre o acordo e - pasme o leitor - ainda consideram a proposta insuficiente para ajudá-los. Eis uma oportunidade de ouro para reiniciar essa discussão sob outros termos.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Indexadas, despesas com Saúde, BPC e Previdência batem recorde

ALVARO GRIBEL BRASÍLIA | COLABORARAM CÉLIA FROUFE, ISADORA DUARTE e SOFIA AGUIAR/BRASÍLIA

Três das principais despesas do Orçamento têm registrado recordes históricos. Somados, os gastos com Previdência, na área da Saúde e com o Benefício de Prestação Continuada (BPC) chegaram a R\$ 1,23 trilhão no acumulado em 12 meses até maio - já corrigidos pela inflação -, consumindo mais da metade de todo o gasto primário do governo.

O crescimento está sendo puxado, principalmente, pela decisão do governo de voltar com a indexação do salário mínimo ao crescimento do **PIB**, que pressiona os gastos com Previdência e BPC (pago a idosos e a pessoas de baixa renda e com deficiências), e também com a volta do piso para a Saúde, que está atrelado ao crescimento da arrecadação do governo.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que tem relutado em adotar uma agenda efetiva de contenção de gastos públicos, se reuniu ontem à noite com os ministros Fernando Haddad (Fazenda), Simone Tebet (Planejamento) e Esther Dweck (Gestão) para avaliar um pacote com sugestões de cortes. À saída, Haddad disse ter identificado R\$ 25,9 bilhões em despesas obrigatórias que poderão ser cortadas em 2025. "Isso não é um número arbitrário. É um número que foi levantado linha a linha do Orçamento daquilo que não se coaduna com o espírito dos programas sociais que foram criados", disse ele.

O anúncio foi feito em meio à estratégia do governo de mudar a comunicação para conter a escalada do dólar e estancar o mau humor do mercado, que desconfia da potência das medidas de ajuste fiscal. A alta do dólar também tem sido puxada por recorrentes críticas de Lula ao presidente do BC, Roberto Campos Neto.

Mais cedo, numa mudança de tom, Lula deixou de lado as críticas a Campos Neto para dizer que a responsabilidade fiscal é um compromisso do governo. "Teremos política econômica para continuar crescendo, política de renda e continuaremos com a responsabilidade fiscal. Aqui, nesse governo, responsabilidade fiscal não são palavras, mas é um compromisso desse governo desde 2003", disse ele, em referência ao início do seu primeiro mandato. "No governo, gastamos com Educação e Saúde no que for necessário, mas não jogamos dinheiro fora." Como

mostrou o Estadão/ Broadcast, no fim de semana Lula conversou em São Paulo com Haddad e economistas de fora do governo sobre a alta do dólar. Um dos recados passados ao presidente foi de que ele deveria manter suas promessas de campanha, mas que evitasse um duelo direto com Campos Neto.

O dólar recuou ontem 1,7%, cotado a R\$ 5,56. Em porcentual, foi a maior queda em dois anos.

Operadores atribuíram o resultado a fatores externos, ao tom mais ameno de Lula e à expectativa de anúncio de novas medidas fiscais.

Trégua no câmbio Declarações de Lula por contenção de gastos ajudaram dólar a fechar em queda de 1,7%

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Calculadora do 'Estadão' simula hiperinflação

RENÉE PEREIRA LUIZ GUILHERME GERBELLI

Depois de várias tentativas frustradas de controle inflacionário, a implementação do real em 1.º de julho de 1994 foi uma das maiores conquistas da população brasileira, que pode conviver com uma moeda estável. Até então, a vida financeira das famílias - e das empresas - era conduzida no improviso, sem grandes possibilidades de planejamento. Organizar o longo prazo era uma missão quase impossível.

Entre os anos 1980 e 1990, a **inflação** brasileira era uma das maiores do mundo, em torno de 2.000%, resultado de desequilíbrios nas contas externas e internas e elevado endividamento do País. Esse período sombrio de hiperinflação não só corroía o poder de compra da população como definia os hábitos de consumo do brasileiro.

De um dia para o outro, o preço dos produtos tinha saltos expressivos, o que comprometia a renda das famílias. Por isso, se criou o hábito de estocar mantimentos e fazer a compra do mês.

"As novas gerações não sabem o que é trocar de moeda, cortar zeros da moeda, confiscar o dinheiro, ou enfrentar uma **inflação** que causava filas no dia do pagamento porque, no dia seguinte, o dinheiro valeria menos", afirma Luiza Trajano, presidente do conselho de administração do Magazine Luiza. "A total falta de confiança prejudicava o consumo.

O Plano Real é um grande marco, uma mudança fantástica que proporcionou um Brasil melhor." "Para ilustrar a aplicação desses dados, imagine que um consumidor decida adiar a compra de um bem específico de junho de 1993 para um mês subsequente. A calculadora trará o valor médio que ele pagaria pelo bem em cada mês", diz o economista do FGV Ibre, Matheus Dias.

Para tentar recriar esse ambiente caótico de **inflação** galopante e mostrar como era difícil se programar no dia a dia, o Estadão criou uma calculadora da hiperinflação. Os dados foram compilados pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre), que acumulou a **inflação** pelo IPC-DI da FGV no período de junho de 1993 a junho de 1994.

Por exemplo, se escolher um pacote de arroz de cinco quilos, cujo preço médio é de R\$ 30, cinco meses depois ele custará R\$ 142,22 e, após 12 meses, chegará a R\$ 1.548,80. O Estadão selecionou 20 produtos relevantes no dia a dia da população. Faça sua simulação.

Montanha-russa Há 30 anos, era impossível planejar a compra de um bem, e famílias estocavam alimentos

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Dólar tem queda de 1,71%, a R\$ 5,56



Otimismo com o dólar. "Minha análise é que o câmbio vai se acomodar", disse o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, no lançamento do Plano Safra

LUANA REIS, JENIFFER GULARTE, ALICE CRAVO, KAROLINI BANDEIRA E GERALDA DOCA

Declarações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, contribuíram ontem para um alívio no câmbio. O dólar comercial fechou em queda de 1,71%, a R\$ 5,56. Na mínima do dia, foi negociado a R\$ 5,54, logo após Lula mudar o tom e dizer que "responsabilidade fiscal é um compromisso" do governo e que o Executivo "não joga dinheiro fora", no lançamento do Plano Safra (leia mais na página 19). Pouco antes, ele havia se reunido com Haddad no Palácio da Alvorada.

-Se vocês (produtores rurais) fizerem acontecer, vamos produzir mais, o povo vai comer mais, e teremos uma política econômica sem causar sobressaltos a ninguém - disse Lula. -A gente aplica o dinheiro que é necessário, gasta com educação e saúde o que é necessário, mas a gente não joga dinheiro fora. Responsabilidade fiscal não é palavra, é compromisso desse governo desde 2003, e a gente manterá ele à risca.

PENTE-FINO EM BENEFÍCIOS

No fim do dia, Lula se reuniu com Haddad e os ministros Rui Costa (Casa Civil), Simone Tebet (Planejamento) e Esther Dweck (Gestão e Inovação em Serviços Públicos), além dos secretários Dario Durigan (Fazenda) e Bruno Moretti (Casa Civil).

Depois da reunião, Haddad disse a jornalistas que, por determinação de Lula, o arcabouço fiscal será preservado "a todo custo". E informou que haverá um corte de despesas obrigatórias de R\$ 25,9 bilhões para fechar o Orçamento de 2025.

-Tivemos a oportunidade de nos reunir três vezes hoje, e ele (Lula) pediu que informasse a vocês em primeira mão, até para não ter deturpação do que foi discutido.

Primeira coisa, o presidente determinou: cumpra-se o arcabouço fiscal. Não há discussão a esse respeito - disse Haddad.

Os recursos virão de um pente-fino em benefícios previdenciários, como o auxílio-doença, e assistenciais, como o BPC, pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda.

Segundo Haddad, o corte pode começar ainda este ano, a depender do relatório bimestral de receitas e despesas de julho. Ele antecipou que o relatório poderá vir com bloqueio de despesas, para cumprir a meta fiscal de 2024, que é zero.

O valor está em linha com relatório da Consultoria de Orçamento da Câmara, segundo o qual o pente-fino teria potencial para economizar entre R\$ 25 bilhões e R\$ 30 bilhões.

As declarações de Lula pela manhã foram um contraste com as dos últimos dias, com fortes críticas ao presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, a quem chegou a classificar de adversário, e à manutenção da taxa básica de juros (Selic) em 10,5%.

- Essa moderação na fala do Lula, reafirmando compromisso com o arcabouço fiscal, é importante. Mas o mercado só vai melhorar com medidas concretas na área fiscal e quando parar esse excesso de críticas -afirma Felipe Salles, economista-chefe do C6 Bank.

Depois do evento do Plano Safra, Haddad falou com jornalistas e mostrou apoio à atuação do BC: -A diretoria tem autonomia para atuar quando entender que for conveniente, não existe outra orientação. Minha análise é que o câmbio vai se acomodar.

Flavio Serrano, economista-chefe do Banco BMG, explica que uma sinalização mais clara de que a meta fiscal será cumprida neste ano (ou que há, ao menos, a intenção do governo de correr atrás disso) é importante para o mercado, porque esse tem sido o principal fator da turbulência cambial: -Essa moeda está elevada demais para os fundamentos de contas externas do Brasil, mas o risco do descumprimento fiscal, maior **inflação** e maior interferência (do governo) em setores ou no BC acaba fazendo com que a moeda fique mais fraca, o que aconteceu de abril para cá. Mas hoje (ontem) tivemos um reforço de que fiscal é, sim, importante e algo será feito para chegar ao objetivo, e isso tende a ter um efeito positivo

no mercado.

RISCOS FISCAIS E BC

Diego Costa, diretor de Câmbio para Norte e Nordeste da B T Câmbio, também avalia que o dólar pode começar a recuar se houver um direcionamento mais claro do governo sobre esses pontos de incerteza: -A alta do dólar não é reflexo de piora no cenário macroeconômico, tanto doméstico quanto externo, mas dos riscos fiscais e da política local, o que aumenta as dúvidas do mercado sobre o compromisso do governo com o arcabouço fiscal e a sucessão no Banco Central.

O cenário externo também contribuiu para a queda do dólar. Nos Estados Unidos, pedidos de seguro-desemprego acima do esperado e recuo no setor de serviços aumentaram as expectativas de um corte de juros ainda este ano.

Com isso, a moeda americana perdeu força globalmente. De 23 divisas emergentes acompanhadas pela Bloomberg, 19 avançaram frente ao dólar e quatro ficaram estáveis. O real foi a moeda que mais se valorizou: 2,22%.

Já o Ibovespa fechou em alta de 0,7%, aos 125.662 pontos. O mercado dos EUA não funciona hoje por causa do feriado do Dia da Independência.

"Responsabilidade fiscal não é palavra, é compromisso desse governo desde 2003, e a gente manterá ele à risca" Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República

"O presidente determinou: cumpra-se o arcabouço fiscal. Não há discussão a esse respeito" Fernando Haddad, ministro da Fazenda

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

DIA DE ALÍVIO

VARIAÇÃO EM 30 DIAS: **6,40%** VARIAÇÃO NO ANO: **14,75%**



Haddad anuncia corte de R\$ 25,9 bi no Orçamento de 2025



Haddad e Lula: sinalização do ministro e do presidente de que adotarão medidas para conter os gastos ajudou no movimento de queda da moeda americana

Fabio Murakawa, Renan Truffi, Guilherme Pimenta, Andréa Jubé e Jéssica Sant'Ana De Brasília

Após se reunir com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou que o governo enviará o Orçamento de 2025 com uma previsão de corte de R\$ 25,9 bilhões em despesas obrigatórias, resultado de um pente-fino em benefícios sociais. Haddad também afirmou que Lula determinou que o novo arcabouço fiscal seja cumprido "a todo custo" em 2024, 2025 e 2026. Nesse sentido, o ministro confirmou que a equipe econômica deve anunciar um congelamento de recursos até o fim do mês, necessário para o alcance das metas previstas na regra.

As declarações foram dadas após Lula receber ministros que integram a Junta de Execução Orçamentária (JEO). Além de Haddad, fazem parte do grupo as ministras Simone Tebet (Planejamento), Esther Dweck (Gestão) e o ministro Rui Costa (Casa Civil).

O encontro ocorreu após a crescente incerteza no mercado em relação à agenda fiscal, o que levou a uma escalada do dólar, movimento que foi amenizado ontem com sinalizações de medidas para controle das contas públicas.

"A determinação [...] é que o arcabouço seja preservado em todo o custo. O que significa dizer que, no relatório [bimestral de receitas de despesas] que vai se apresentar dia 22 de julho [...] pode significar algum contingenciamento e algum bloqueio que serão

suficientes para que o arcabouço seja cumprido", afirmou.

O ministro se referiu ao relatório de avaliação de receitas e despesas. Como o Valor noticiou, a expectativa na equipe econômica é que o congelamento (soma de bloqueios e contingenciamentos) seja de, no máximo, R\$ 10 bilhões.

Já para 2025, Haddad afirmou que o corte de R\$ 25,9 bilhões em despesas obrigatórias foi negociado com os ministérios envolvidos.

Não detalhou as áreas afetadas, mas, questionado, confirmou que se tratava do pente-fino em benefícios sociais. Antes, ele reiterou o compromisso de Lula com a questão fiscal. "O compromisso fiscal é um compromisso de vida toda do presidente", explicou.

A reunião ocorreu no fim de um dia em que Lula reforçou o compromisso com a responsabilidade fiscal e evitou falar do dólar. A mudança de comportamento ocorreu após conversas com um colegiado de conselheiros econômicos que conseguiram convencê-lo de que suas críticas à política monetária contribuíam para desestabilizar o mercado em um cenário externo já desfavorável. Como resultado, o dólar, que já vinha caindo, fechou com uma baixa de 1,71% frente ao real, cotado a R\$ 5,5683.

No início da tarde, ao discursar no lançamento do Plano Safra para a Agricultura Familiar, Lula afirmou que "responsabilidade fiscal não é uma palavra", mas "um compromisso deste governo desde 2003" e que será mantido "à risca".

No fim da tarde, após lançar o Plano Safra para a agricultura empresarial, Lula aproximou-se dos jornalistas para reafirmar novamente seu compromisso. "Estejam certos que a comida vai ficar barata. Estejam certos que este país jamais será irresponsável do ponto de vista fiscal. Não tenho um dia de experiência, tenho dez anos de Presidência."

Em duas oportunidades, no entanto, o presidente evitou comentar a alta do dólar, quando questionado pela imprensa.

Lula baixou o tom em relação à economia após ser

convencido pela rodada de conversas dos últimos dias com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, com um grupo de economistas de sua confiança e conselheiros políticos de que seus ataques ao Banco Central e ao mercado agravavam a turbulência.

Ele ouviu que um conjunto de fatores influenciam a alta do câmbio, desde os juros americanos até o alto custo de vida dos brasileiros, como a **inflação** dos alimentos e a conta de luz.

Na percepção do presidente, até então, a disparada do dólar devia-se a ataques especulativos ao real. Entre os economistas ouvidos por Lula nos últimos dias sobre a realidade econômica, o Valor apurou que estão o ex-ministro da Fazenda Guido Mantega, o diretor de Política Monetária do Banco Central, Gabriel Galípolo, o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, e Luiz Gonzaga Belluzzo.

Já a presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann, saiu em defesa da "legitimidade" do presidente de falar sobre política fiscal. "Desde quando falar a verdade tem que causar especulação?", questionou.

"O compromisso fiscal é um compromisso de vida toda do presidente" Fernando Haddad

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187919>